

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

BARBARA LOUISE CARNEVALE

**O TRATAMENTO DADO PELA CATEGORIA PROFISSIONAL À QUESTÃO
AMBIENTAL: UM ESTUDO DOS ENCONTROS NACIONAIS DE
PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL
E CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 08/07/09


Rosana Maria Gaio
Coord. de Estágio e TCC
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2009.1

BARBARA LOUISE CARNEVALE

**O TRATAMENTO DADO PELA CATEGORIA PROFISSIONAL À QUESTÃO
AMBIENTAL: UM ESTUDO DOS ENCONTROS NACIONAIS DE
PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL
E CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edaléa Maria Ribeiro

**FLORIANÓPOLIS
2009.1**

BARBARA LOUISE CARNEVALE

**O TRATAMENTO DADO PELA CATEGORIA PROFISSIONAL À QUESTÃO
AMBIENTAL: UM ESTUDO DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL
E CONGRESSOS BRASILEIROS DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pelo Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

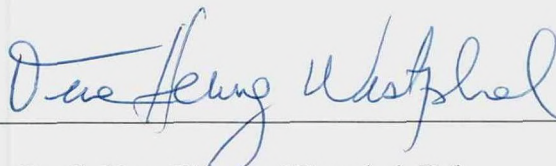
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Edaléa Maria Ribeiro, Dr^ª
Orientadora



Prof^ª. Paula Cals Brügger Neves, Dr^ª
1º Membro Examinador



Prof^ª. Vera Herweg Westphal, Dr^ª
2º Membro Examinador

Florianópolis, julho de 2009.

Não vamos nos orgulhar tanto das nossas vitórias sobre a natureza. Para cada uma dessas vitórias ela se vingará sobre nós. Cada uma tem inicialmente os seus efeitos previstos, mas, num segundo e terceiro momento ela terá efeitos bem diferentes, conseqüências imprevistas, que muitas vezes eliminam os efeitos iniciais.

(Friedrich Engels)

Temos que ser sensíveis uns aos outros, cooperativos em todas as nossas atividades (...) só então irradiaremos como seres responsáveis e benevolentes com todas as formas de vida, amantes de nossa Mãe Terra e veneradores da única fonte de nossa bem-aventurança.

(Leonardo Boff)

Nós somos Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como o lar de todos os seres vivos viventes (...) Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e eqüitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade

somos unidade.

(Carta da Terra)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar o desafio e a dádiva de crescer fisicamente, mentalmente e espiritualmente, dando-me forças a cada desafio posto ao longo dessa jornada maravilhosa, num estado e numa cidade que levarei sempre dentro do meu coração.

Em segundo, aos meus pais, Bruno Alexandre Carnevale e Aparecida Margareth Ferreira Baltazar Carnevale, que mesmo com um imenso receio de deixar-me “abrir as asas e voar”, superaram a dor da saudade de 2.000 km e acompanharam cada vôo meu. Nos vôos turbulentos, mesmo longe, estiveram presentes para me socorrer. Dedico um pedaço desse sucesso a minha pequena Bruna Maira Carnevale, minha irmã e companheira das mais altas risadas por telefone.

Aos meus avós, Abigail Maria Ferreira Carnevale, e principalmente meu avô, Antônio Carnevale (in memorian), que acreditou o tempo todo no meu sucesso, me dando apoio e dizendo que eu iria conseguir superar cada obstáculo. Saudades vô!

Uma terceira pessoa de importância significativa é um grande companheiro da minha adolescência, Adriano Carlos Canolla, por ele tenho muita gratidão, foi ele quem me incentivou a estudar e me proporcionou muitos conhecimentos que levarei comigo pela vida toda, sem ele não teria entrado numa universidade federal e tampouco teria conquistado esse título de bacharelado.

Ao longo desses quatro anos, pessoas maravilhosas estiveram presenciando as minhas expectativas, angústias, sucessos e falhas, dentre eles, logo no meu início de Universidade, tive o apoio de Maria Rita Affonso Bosque, Eliziane Carla Scariot, Moisés Spillere e Aline Castro Alves. No acaento do lar, alguns amigos supracitados e Cristinne Thaís Rippel

Mallmann, Cláudia Matté, Ariane Soldatelli Gallo, Natalha Aline Almeida e Érika Imada Barcelos puderam ver meus mais diferentes “eus complexos”. No dia-a-dia acadêmico, convivi com personalidades das mais diferentes possíveis e não nego a contribuição destas para o meu crescimento, contudo meus agradecimentos especiais vão para os companheiros José Ferraz Neto, Jony Alberto Correia, Lais Magalhães Pereira, Mariama Luis Pinto, Bruna Schweitzer Delduque, Priscila Piovesan Sarzi Sartori, Noeli de Souza Bittencort e a agora assistente social, Normélia Santos Pereira, sem deixar de mencionar os companheiros de luta do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALISS) Jennifer Lopez, Jordana Einsfeld, Danuza Labanca Rocha, Grace Isabelle dos Santos, Diogo Schardosin, Josiane Biondo, Jonathan Jaumont, Priscila Dias Gameiro, Isabela Ramos Ribeiro, Mariana Oliveira Decarli, Graziela Ecco, Danilo Gustavo Della Motta, Ricardo Jose Valdameri e Rafael Podixxi e Hélio Quadros, os agregados do centro acadêmico de Serviço Social.

Um afago na cabeça, bem gostoso, no nosso querido UFSCão Catatau (In Memoriam), por onde andei várias vezes pela UFSC e corria perto dele, gritando CATATAUU.

Ao pessoal do Assim Assado, que disponibilizava conversas e quitutes na hora do descanso, ou pelo menos, do pseudo-descanso.

Gostaria também de agradecer a alguns professores que fizeram de mim uma pessoa cuja visão de mundo se tornou real e crítica Beatriz Augusto Paiva, Simone Sobral Sampaio, Iliane Köhler, Iracema Soares, Paula Brügger, Márcia Do Rocio Santos e Maria Izabel da Silva.

O agradecimento pela paciência e compreensão aos meus complicados dias de ansiedade pré-TCC a minha Prof^a Orientadora Edaléa Maria Ribeiro que também muito contribuiu para a minha visão crítica de mundo. E, também, para uma pessoa que além de me aturar com meus complexos dias de TCC, teve que conviver com os complexos dias de

relatórios, trabalhos finais e problemas pessoais, a minha querida supervisora de estágio e amiga Maris Tonon.

Ao meu amigo, futuro engenheiro mecânico, Rodrigo Tetsuo, por tentar me ajudar com os gráficos e como foi complicado....

Aos “membros da FARC”, pela união em busca de uma formatura justa.

Enfim, agradeço a todos que fizeram da minha vida um colorido, ou um cinzento significativo, afinal, nem tudo na vida são cores!

Tenho certeza que cada experiência que obtive nos lugares da UFSC (corredores do CSE, B.U, R.U, Concha, LabUFSC, CALISS, Centro de Cultura e Eventos, Reitoria, etc...) e nas muitas festas em que fui, somaram pontos na minha excêntrica personalidade.

O que eu tenho a dizer?!

MUITO OBRIGADA!!!

Barbara Louise Carnevale

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O TRATAMENTO DADO PELA CATEGORIA PROFISSIONAL À QUESTÃO AMBIENTAL – um estudo dos ENPESS e CBAS	17
1.1. A Questão Sócio-ambiental em debate nos ENPESS	19
1.2. A Questão Sócio-ambiental em debate nos CBAS	35
2. A CRISE AMBIENTAL COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	50
2.1 A Crise Ambiental sob a Perspectiva da Apropriação de Recursos Naturais.....	52
2.2. Os Movimentos Sociais e a questão ambiental	58
2.2.1. O Movimento Ambientalista no Brasil.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	86
APÊNDICE A – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no VII ENPESS.....	87
APÊNDICE B - Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no VIII ENPESS.....	88

APÊNDICE C – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no IX ENPESS.....	89
APÊNDICE D - Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no X ENPESS.	91
APÊNDICE E - Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no XI ENPESS.....	92
APÊNDICE F - Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no X CBAS.....	94
APÊNDICE G - Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no XI CBAS.....	95
APÊNDICE H - Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no XII CBAS.....	96
ANEXOS	97
ANEXO A – Lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental.....	98

RESUMO

CARNEVALE, Barbara Louise. **O Tratamento dado pela Categoria Profissional à Questão Ambiental:** um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

O presente trabalho tem como **objeto** de pesquisa a temática meio ambiente nos Encontros Brasileiros de Pesquisa em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, ocorridos entre os anos de 2000 a 2008. O **objetivo** da pesquisa foi abordar quanti-qualitativamente como a categoria profissional tem debatido a questão ambiental e quais são as suas propostas de enfrentamento. Desse modo, a pesquisa caracterizou-se como uma **pesquisa exploratória**, pautada na **análise documental e bibliográfica** que esteja abordando a discussão realizada pela categoria sobre a inserção do assistente social na área do meio ambiente. O universo da pesquisa se restringiu aos documentos digitais (CD-ROM's) dos CBAS e ENPESS, ocorridos entre os anos 2000 a 2008, que contém artigos, comunicações orais e painéis que discutem a temática ambiental. Os resultados da pesquisa demonstraram que o Serviço Social tem tratado a questão ambiental, tanto quantitativa, como qualitativamente, de forma muito incipiente, embora faça uma leitura crítica da origem da crise ambiental e perceba a importância da sua ação para essa nova demanda posta. Além disso, grande parte dos trabalhos analisados, apontaram o assistente social como um educador ambiental, na perspectiva de exercer a cidadania dos sujeitos, sem contudo abordar a metodologia prática para tal ação. Frente a essa realidade, propomos a categoria que se aproprie da problemática ambiental, considerando-a como uma das expressões da questão social, pois, através dessa compreensão ele é capaz de propor alternativas para o enfrentamento da questão ambiental.

Palavras-chave: Serviço Social; Meio Ambiente; ENPESS, CBAS.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Total de trabalhos sobre a temática ambiental comparado com o total de trabalhos das demais temáticas dos ENPESS de 2000 a 2008.....	20
GRÁFICO 2 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no VII ENPESS.....	22
GRÁFICO 3 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no VIII ENPESS.....	23
GRÁFICO 4 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no IX ENPESS.....	25
GRÁFICO 5 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no X ENPESS.....	26
GRÁFICO 6 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no XI ENPESS.....	28
GRÁFICO 7 - Total de trabalhos sobre a temática ambiental comparado com o total de trabalhos das demais temáticas dos CBAS de 2001 a 2007.....	36

GRÁFICO 8 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no X CBAS.....37

GRÁFICO 9 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no XI CBAS.....38

GRÁFICO 10 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no XII CBAS.....40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Dados Gerais dos ENPESS de 2000 a 2008.....	20
TABELA 2 – Dados Gerais do CBAS de 2001 a 2007.....	35
TABELA 3 – Dados Quantitativos do VII ENPESS.....	87
TABELA 4 – Dados Quantitativos do VIII ENPESS.....	88
TABELA 5 – Dados Quantitativos do IX ENPESS.....	89
TABELA 6 – Dados Quantitativos do X ENPESS.....	91
TABELA 7 – Dados Quantitativos do XI ENPESS.....	92
TABELA 8 – Dados Quantitativos do X CBAS.....	94
TABELA 9 – Dados Quantitativos do XI CBAS.....	95
TABELA 10 - Dados Quantitativos do XII CBAS.....	96

INTRODUÇÃO

Estamos diante de um contexto mundial em que se afluam as mais diversas discussões a respeito da questão ambiental. Profissionais das mais distintas áreas têm focado seus estudos no intuito de aprofundar o conhecimento a respeito da questão do meio ambiente, identificando as conseqüências derivadas da degradação ambiental acelerada e as propostas plausíveis para o enfrentamento desta.

Mesmo se tratando de uma questão que tem preocupado esses profissionais, a temática tem chegado ao Serviço Social muito timidamente. A produção brasileira de livros de Serviço Social que tratam do assunto é praticamente inexistente, sendo que o único livro à disposição dos profissionais de serviço social sobre o assunto, é uma produção espanhola organizada por Marcos Reigota, denominada “Serviço Social e Meio Ambiente”, com primeira edição datada de 2004¹.

Consideramos a questão ambiental como um conjunto de agravantes vinculados a degradação do meio ambiente, que tem origem nas ações humanas ao longo do tempo. Dessa forma, entendemos que a inserção do Serviço Social na temática ambiental é de suma importância para a categoria profissional, tendo em vista que os problemas ambientais estão intimamente ligados a questão social, e, para que os profissionais possam intervir nas mais diversas expressões da questão social, devem identificar os fatores ambientais que prejudicam, ou podem prejudicar, sua população usuária.

Diante de tal constatação, dois questionamentos se colocam para a categoria: por que, num contexto em que os *problemas* ambientais vêm ganhando importância, o tema não é ponto central da agenda da profissão? Em se tratando de um tema pouco trabalhado (como

¹ GOMÉS, José Andrés; AGUADO, Octávio Vasquez; PÉREZ, Alejandro Gaona, (orgs.); **Serviço Social e Meio Ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; revisão técnica de Marcos Reigota. – 2ªed. – São Paulo, Cortez, 2007.

demonstraremos nos capítulos que seguem) como os parcos estudos existentes estabelecem a relação: degradação ambiental, *problemas* sociais e Serviço Social?

Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso buscou investigar a incidência da discussão a respeito da questão ambiental no interior do debate profissional, tendo como universo de pesquisa a produção contida nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) no período de 2000 a 2008. Procuramos identificar, quantitativa e qualitativamente, como os profissionais têm se apropriado desta questão e quais as propostas de enfrentamento do tema para a profissão.

Para dar conta do objeto proposto, no primeiro capítulo apresentamos uma breve explanação da origem dos CBAS e dos ENPESS, seguido de dados quanti-qualitativos dos trabalhos apresentados em ambos os eventos sobre a temática, apontando a discussão que a profissão vem travando acerca da questão ambiental e se o Serviço Social consegue efetivar propostas para a questão. No segundo capítulo abordamos os marcos históricos que possibilitaram a visualização da crise ambiental e a relação intrínseca entre questão ambiental e questão social, tendo como referência o discurso crítico sobre o assunto autores como: Brügger (2004), Foladori (2008), Gil (2003), Santos, Milton (2006) e a obra Serviço Social e Meio Ambiente, anteriormente citada. Para finalizar, apresentamos as propostas identificadas para o enfrentamento da questão ambiental e os desafios que precisam ser enfrentados para colocar a temática do meio ambiente como um dos temas centrais na agenda da profissão.

Em se tratando de um tema teórico, o presente trabalho busca contribuir para a ampliação e adensamento do debate acerca dessa demanda colocada para o Serviço Social, compreendendo-a como uma das expressões da questão social, bem como vislumbrar a possibilidade de pensar um exercício profissional que considere esta realidade hoje presente

no cotidiano de reprodução da vida social dos usuários com os quais o assistente social trabalha.

1. O TRATAMENTO DADO PELA CATEGORIA PROFISSIONAL À QUESTÃO AMBIENTAL – um estudo dos ENPESS e CBAS

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, regulamentada pela Lei 8.662, de 7 de junho de 1993. De acordo com a legislação, para exercer a profissão é necessário que a pessoa seja diplomada em Serviço Social, por uma instituição oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e estar registrado em um dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), distribuídos por todo o território nacional.

O assistente social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, sendo esta “apreendida como uma expressão ampliada das desigualdades sociais” (IAMAMOTO, 2004, p.10) que se origina das contradições advindas da relação capital/trabalho, onde a distribuição das riquezas produzidas pelo trabalho social não são distribuídas de forma igualitária a toda sociedade.

O profissional de Serviço Social, na busca por uma sociedade justa e igualitária, conforme o projeto ético político que o orienta, tem como compromisso a efetiva garantia dos direitos sociais e sua universalização, a ampliação da cidadania, a ampliação da democracia, dentre outros pressupostos, tendo como parâmetro de ação o Código de Ética Profissional (1993), bem como a Lei que regulamenta a Profissão (1993).

Com o intuito de adensar o debate teórico-metodológico, em que se possibilite um agir competente teórica, técnica e politicamente, capaz de trazer elementos que contribuam para o enfrentamento das expressões da questão social, a categoria se organiza em espaços democráticos de discussão, no qual são socializados e debatidos pesquisas, estudos e experiências profissionais que possibilitam o caminhar na perspectiva deste projeto ético

político.

Assim, os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), promovidos bianualmente pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), promovidos trianualmente pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), são espaços de discussão criados pela categoria e que, a cada edição, vem mostrando a força organizativa da mesma e a sua preocupação com uma agenda comum a todos os profissionais.

Neste capítulo, destacamos a pesquisa tangente à discussão sócio-ambiental presente nesses dois espaços organizativos, tomando como premissa o que Reigota (2005) afirma sobre a inserção do profissional nessa área; ele assegura que não há um isolamento entre o ecológico e social; ambos se complementam. No entanto, é preciso que o assistente social se atente para este novo campo de trabalho, compreendendo que ele depende da interdisciplinaridade, já que outros profissionais estão engajados nesta luta e podem contribuir com a prática profissional do serviço social, e vice-versa, havendo a necessidade de compartilhar termos e significados em comum.

Já Irigalba, complementa a afirmação acima dizendo que, embora o meio ambiente seja um campo de trabalho fértil, a conquista deste espaço demanda um grande esforço, pois “[...]as lutas corporativas em um âmbito emergente como o meio ambiente podem ser muito duras” (2005, p.14). Para tornar competente teórica, técnica e politicamente o exercício profissional neste espaço, é preciso que o profissional se aproprie desta necessidade, bem como construa aportes teóricos e técnicos que demonstrem a efetividade de sua ação na questão do meio ambiente.

1.1. A Questão Sócio-ambiental em debate nos ENPESS

Os ENPESS foram iniciados na década de 1980, tendo como entidade promotora a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Os Encontros ocorrem a cada dois anos e têm como objetivo privilegiado a socialização de pesquisas e a produção de conhecimento na área do Serviço Social.

Segundo os Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2000, p.5), desde que os encontros tiveram o seu início

[...]a ABEPSS priorizou em seus planos de ação: a construção de um projeto de formação para o Serviço Social, uma articulação entre graduação e pós-graduação em Serviço Social; a definição de áreas temáticas de pesquisa; a constituição de grupos e núcleos de pesquisa em torno de temáticas relevantes para a intervenção profissional, além do intercâmbio entre pesquisadores e instituições de pesquisa.

Para dar efetividade a esta pesquisa, selecionamos os trabalhos aprovados nestes encontros, entre os anos de 2000 a 2008, cujos títulos sugeriam a discussão ambiental. Posteriormente, após a leitura dos textos, classificamos os mesmos em categorias de análise², tais como: Pesquisas de Campo, Relatos de Experiência Profissional e Análises Teóricas. Ainda, procuramos identificar qual a região do país o trabalho foi originado, considerando a divisão regional efetuada pela ABEPSS³. Os dados gerais dos ENPESS estão disponíveis no

²Definimos como: Pesquisa de Campo: os trabalhos que se caracterizaram por dissertações e teses, onde a partir de uma pesquisa local sobre meio ambiente os autores elaboraram suas reflexões; Relatos de Experiência Profissional: onde constatamos relatos da ação profissional; e Análise Teórica: quando os autores apenas fazem uma reflexão baseada em estudos para discutir sobre a questão ambiental.

³A ABEPSS, para efeito de organização da entidade, dividiu o país em seis regiões, a saber: 1) Centro-oeste: Brasília/DF, Goiás, Mato Grosso; 2) Leste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro; 3) Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe; 4) Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Tocantins; 5) Sul I: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina; 6) Sul II: Mato Grosso do Sul, São Paulo. (Fonte: http://www.abepss.org.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=6&id=16&Itemid=29).

tais como: Pesquisas de Campo, Relatos de Experiência Profissional e Análises Teóricas. Ainda, procuramos identificar qual a região do país o trabalho foi originado, considerando a divisão regional efetuada pela ABEPSS³. Os dados gerais dos ENPESS estão disponíveis no quadro a seguir.

TABELA 1 – Dados Gerais dos ENPESS de 2000 a 2008

ENPESS	Local	Data	Tema
VII	Brasília/DF	21 a 24 de novembro de 2000	O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania
VIII	Juiz de Fora/MG	19 a 22 de novembro de 2002	A ação dos sujeitos políticos na conjuntura brasileira hoje
IX	Porto Alegre/RS	30 de novembro a 03 de dezembro de 2004	Os desafios da produção de conhecimento em Serviço Social: pesquisar o quê? Para quê? E como?
X	Recife/PE	03 a 08 de dezembro de 2006	Crise contemporânea, emancipação política e emancipação humana.
XI	São Luis/MA	01 a 06 de dezembro de 2008	Trabalho, políticas sociais e projeto ético político profissional do Serviço social: resistência e desafios.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental no ENPESS de 2000 a 2008.

De modo geral, nesses oito anos de encontro, a questão ambiental foi trabalhada de modo muito marginal. Dos 2.704 trabalhos aprovados nos cinco encontros, apenas 40 abordaram a questão ambiental, o que significa 1% do total dos trabalhos aprovados ao longo do período.

uma reflexão baseada em estudos para discutir sobre a questão ambiental.

³A ABEPSS, para efeito de organização da entidade, dividiu o país em seis regiões, a saber: 1) Centro-oeste: Brasília/DF, Goiás, Mato Grosso; 2) Leste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro; 3) Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe; 4) Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Tocantins; 5) Sul I: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina; 6) Sul II: Mato Grosso do Sul, São Paulo. (Fonte: http://www.abepss.org.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=6&id=16&Itemid=29).

Vale ressaltar que alguns dos trabalhos analisados não abordaram diretamente a questão ambiental, apresentando apenas elementos que levaram à discussão do tema⁴.

Dos 40 trabalhos identificamos ao longo do período estudado, apenas 27 foram possíveis de serem verificados⁵; destes, 12 se enquadram como pesquisas de campos; 11 como análises teóricas; e por fim, 04 como relatos de experiência profissional.

Dessa forma, é explícita a pouca expressividade da questão ambiental nas pesquisas e trabalhos científicos aprovados nos ENPESS. Outro fator que merece destaque é que a questão ambiental só foi de fato inserida como tema de um sub-eixo a partir de 2006, no X ENPESS.

A seguir, apresentamos através de gráficos, o total de trabalhos de cada encontro e como se coloca a produção sobre o meio ambiente em cada um deles.

Conforme dados obtidos no VII ENPESS, foram aprovados 230 trabalhos, destes, apenas 19 inserem-se no eixo “Questão Agrária e Questão Urbana”. Neste eixo pudemos identificar 04 trabalhos que trouxeram o tema do meio ambiente, como expresso no quadro a seguir.

⁴ Para uma melhor compreensão dos dados coletados, recorrer ao levantamento feito sobre número de trabalhos existentes em cada encontro, em Tabelas inseridas nos Apêndice A, B, C, D, E, F, G e H, neste Trabalho de Conclusão de Curso.

⁵ É preciso ressaltar que nem todos os trabalhos selecionados foram possíveis de serem verificados, tendo em vista que alguns não abriram por problemas técnicos, já que todos os eventos estão gravados em CD-ROMs.

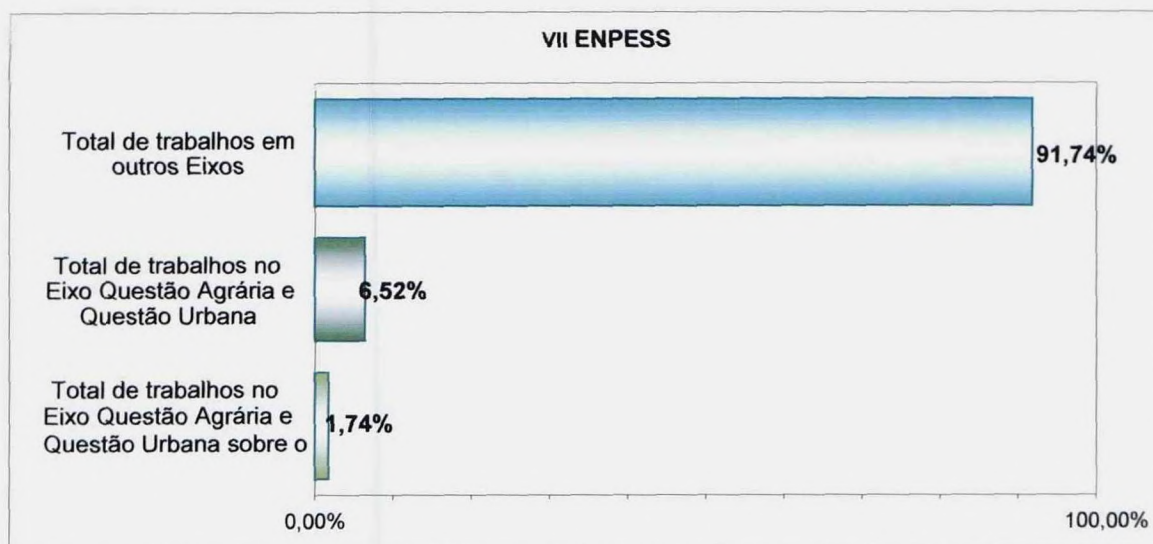


GRÁFICO 2 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no VII ENPESS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

Nota-se que há uma disparidade quanto ao total de trabalhos inseridos nos outros eixos, em relação ao total de trabalhos no eixo selecionado (6,52%), sendo menor ainda a incidência de produções textuais que contemplam a questão ambiental (1,74%), quando comparado ao total de produções inscritas no evento.

Dos 04 trabalhos identificados neste Encontro, 03 se caracterizaram como pesquisas de campo e 01 como relato de experiência. Quanto à procedência geográfica dos textos, 02 eram da região Leste, 01 da região Sul II, e 01 do Nordeste brasileiro.

Nesse encontro apenas um texto abordou diretamente a questão ambiental, este se referia a uma experiência profissional desenvolvida no Jardim Xangrilá, região sul da capital paulista, onde as autoras realizaram uma ação profissional privilegiando a educação ambiental através de determinantes cotidianos que afetavam as condições de vida da população. Nos trabalhos restantes os autores trouxeram apenas elementos que, de uma forma ou outra, contemplam a temática ambiental, tais como: as conseqüências do incentivo ao turismo, a segregação sócio-ambiental e os efeitos da implantação de usina hidrelétrica, etc.

É importante ressaltar que nesses últimos trabalhos, o foco eram os problemas sócio-espaciais, econômicos e de aprofundamento nos níveis de pobreza, entendidos como consequência do desenvolvimento capitalista.

Em suma, no VII ENPESS a questão ambiental expressa nos trabalhos é algo tangencial, pois, apesar de trazerem elementos relativos ao meio ambiente como: saneamento básico, segregação espacial em áreas periféricas, a poluição da água, dentre outros, seja no espaço urbano, seja no rural, não estabelecem relação com a questão ambiental.

Já no VIII ENPESS foram aprovados 427 trabalhos, destes, apenas 17 foram aprovados no eixo “Urbano e Rural: Movimentos Sociais e Intervenções”. No interior deste eixo pudemos identificar 06 trabalhos que trouxeram o tema ambiental, como expresso no Quadro abaixo.

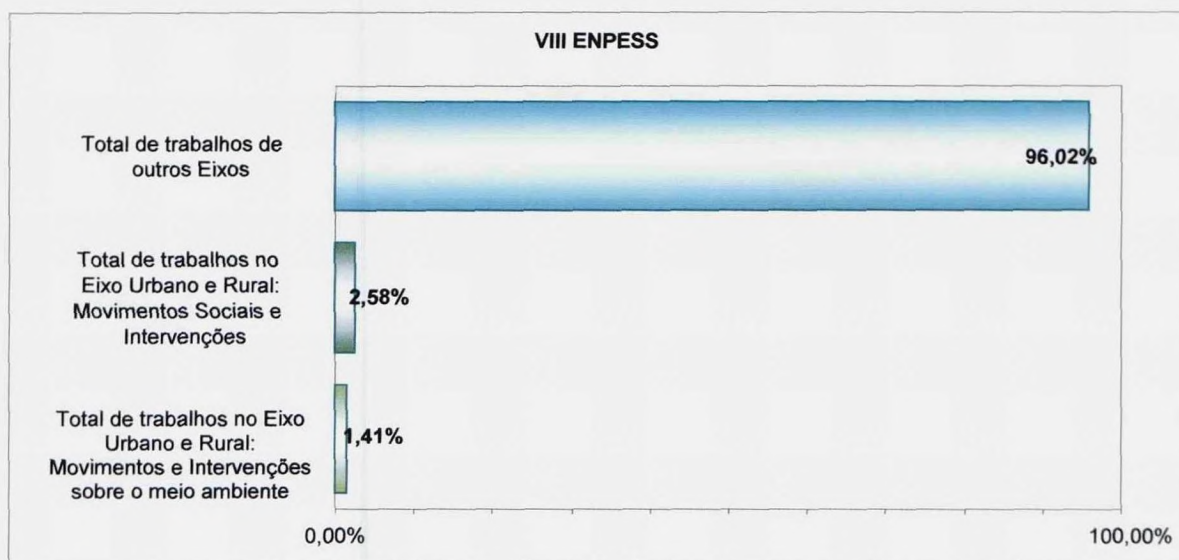


GRÁFICO 3 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no VIII ENPESS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

Podemos verificar que no VIII ENPESS há uma diminuição considerável, tanto no número de trabalhos inseridos no eixo selecionado para análise (“Urbano e Rural:

Movimentos Sociais e Intervenções”), como nos trabalhos sobre o meio ambiente, apesar de que, naquele ano, os trabalhos aprovados pela Comissão do Encontro aumentaram 29,74%, segundo o que consta no CD-ROM.

Da mesma forma que o encontro anterior, optamos por escolher o eixo que se aproximasse da questão ambiental, tendo em vista que nesse encontro também não foi inserido um eixo específico, ou ainda, um sub-eixo sobre o tema. Das 06 produções, cujos assuntos tinham relação com a temática ambiental, não identificamos análises teóricas, constituindo-se portanto em: 04 pesquisas de campo e 02 relatos de experiência. A origem geográfica dos trabalhos são: 02 da região Norte do país, 02 da região Leste, 01 da região Nordeste e 02 da região Sul I.

De modo geral, o VIII ENPESS caminha na mesma direção que o encontro anterior, ou seja, 04 trabalhos apresentaram características semelhantes no tratamento dado ao tema: partem de uma realidade local, fruto de pesquisa, para daí discutir a questão do meio ambiente. Os outros 02 trabalhos trouxeram a perspectiva do desenvolvimento neoliberal afetando as condições de vida da população, vinculando a degradação ambiental como um dos fatos fundantes das más condições de vida da população, além de reconhecer o Serviço Social como uma das profissões competentes para exercer atividades que conduzam ao desenvolvimento sustentável.

Já os dados coletados no IX ENPESS, constatamos a aprovação de 540 trabalhos. Importante frisar aqui que, a partir deste encontro, a forma de apresentação da estrutura dos encontros até então conhecida se modifica, aparecendo, dentro dos eixos, sub-eixos, como forma de melhor especificar os assuntos abordados. Também é neste encontro que o tema meio ambiente aparece como um dos assuntos abordados, ainda que inserido em parênteses junto a diversificados assuntos, no sub-eixo “Política Social” (Educação, Habitação, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Questão Rural-Urbana, Drogas e Dependência Química,

Segurança Pública). O Sub-eixo “Política Social” possui 80 trabalhos inscritos e é parte integrante do Eixo “Formação e Exercício Profissional: a) Serviço Social, Política Social Estado e Sociedade”, que obteve 345 produções aprovadas. Contudo, apesar do número expressivo de trabalhos no referido sub-eixo, verificamos que apenas 10 trabalhos tratavam a questão ambiental, como vemos abaixo.

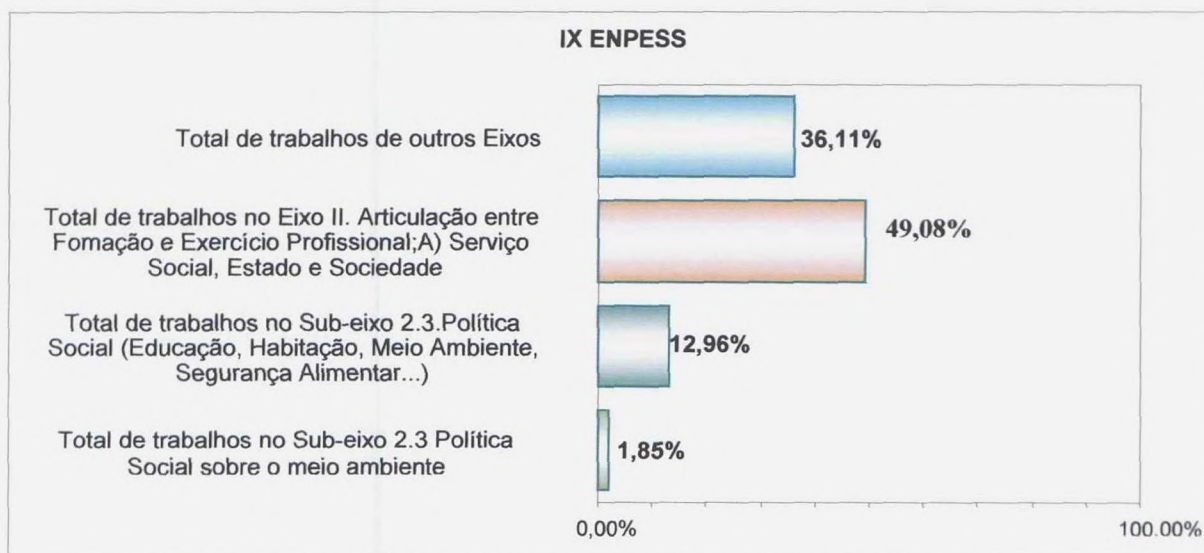


GRÁFICO 4 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no IX ENPESS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008

Considerando o gráfico acima, é visível a concentração de trabalhos deste ENPESS no eixo acima destacado. Embora considerando o aumento de trabalhos no sub-eixo em que o meio ambiente está inserido, o aumento dos trabalhos que dizem respeito ao meio ambiente foi insignificante, correspondendo a 1,85% do total de trabalhos inscritos para este encontro, seguindo a média dos demais encontros acima já destacados.

É importante levantar a dificuldade de analisar os referidos trabalhos, visto termos feito a leitura de apenas 02 dos 10 textos aprovados; os outros 08 textos, por motivos técnicos (não foram gravados no CD-ROM), não puderam ser analisados.

Uma novidade na análise dos trabalhos lidos foi que, pela primeira vez, os autores

fizeram uma profunda análise teórica acerca da questão do meio ambiente, recorrendo a aportes teóricos da profissão para explicá-la, destacando a importância de pensar a sustentabilidade fazendo vínculo entre o social, o ecológico e o político. Contudo, os textos não apresentaram sugestões para um exercício profissional que contemplasse a questão ambiental. Ressaltamos ainda que não foi possível identificar procedência geográfica de um dos trabalhos, sendo o outro da região Sul I.

No X ENPESS foram aprovados 745 trabalhos. Neste Encontro, o eixo “Questão Social e Trabalho” contou com 237 trabalhos aprovados, sendo que seu sub-eixo “Questão Agrária, Questão Urbana e Sócio-ambiental” contou com 33 trabalhos aprovados. Entretanto, foram identificados apenas 09 trabalhos que privilegiaram a questão ambiental, assim como demonstramos.

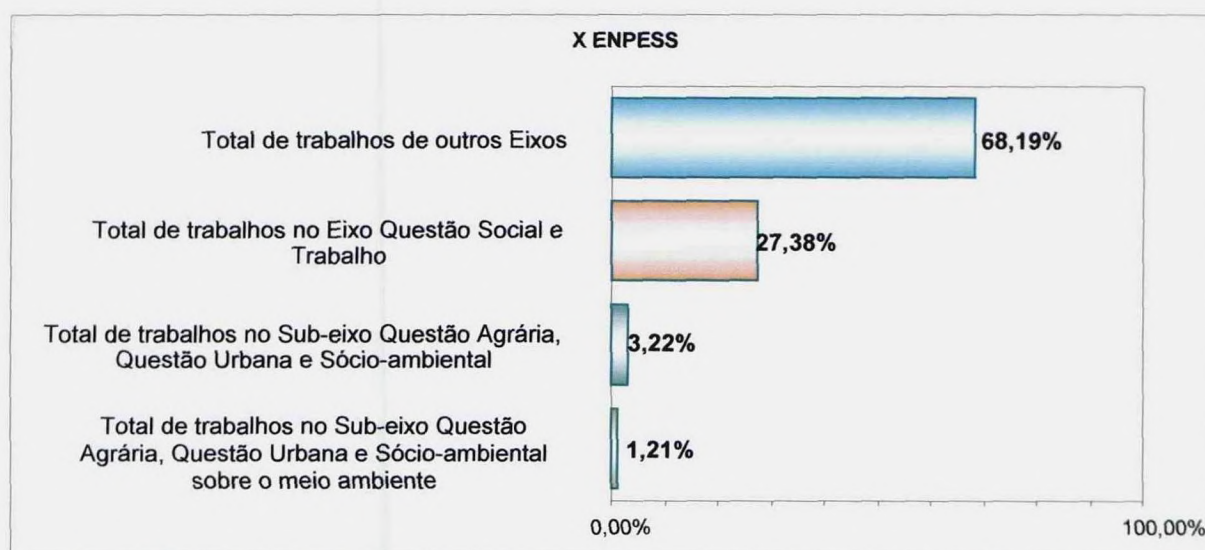


GRÁFICO 5 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no X ENPESS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008

Nesse encontro nos deparamos com a diminuição no número de trabalhos sobre o meio ambiente no corpo do sub-eixo selecionado (“Questão Agrária, Questão Urbana e Sócio-ambiental”). Contudo, um fator importante de ser destacado é o fato de a temática ambiental

ENPESS.

Dos 09 trabalhos identificados, apenas 04 textos foram possíveis de serem verificados (os demais trabalhos não estão gravados no CD-ROM do evento), sendo que 02 se constituíram em análise teórica e 02 em pesquisa de campo. Ambos trouxeram reflexões com suporte crítico a respeito do tema, como: o desenvolvimento capitalista como a essência da degradação ambiental; a relação intrínseca entre questão social e questão ambiental; a unificação do ecológico, econômico, político, social e cultural para o enfrentamento da questão ambiental e o reconhecimento do assistente social como um profissional capaz de intervir nessa 'nova' demanda colocada, principalmente como educador ambiental. Há que se destacar que Raquel dos Santos, autora do artigo *Serviço Social e Meio Ambiente*, realizou uma análise teórica, que abarcou uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o tratamento dado pela categoria à temática ambiental, a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ou a ECO-92⁶, onde foram apontadas as dificuldades do assistente social em apresentar propostas de ação contemplando a questão. Dificuldade esta identificada durante a análise da produção textual de outros autores, uma vez que eles apontam a necessidade da ação profissional, mas não apresentam o 'como fazer'. Quanto a procedência geográfica dos trabalhos, 02 eram do Nordeste brasileiro, 01 da região Leste e o último da região Sul II do país.

Finalmente, no XI ENPESS, 762 trabalhos foram aprovados, destes, 317 estão contidos no eixo "Questão Social e Trabalho", no qual se encontra o sub-eixo "Questão Agrária, Questão Urbana e Meio Ambiente", com 49 trabalhos inscritos. Este sub-eixo ainda foi subdividido em itens, são eles: 3.3.1 Questão Agrária, 3.3.2 Questão Urbana e 3.3.3 Questão Sócio-ambiental, sendo este último, objeto de análise em que foram identificados 14 produções textuais relativas a temática ambiental. Entretanto, somente 11 trabalhos tratavam a

⁶ A referida Conferência será tratada no segundo capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso.

produções textuais relativas a temática ambiental. Entretanto, somente 11 trabalhos tratavam a questão ambiental efetivamente, como expressa o quadro abaixo.

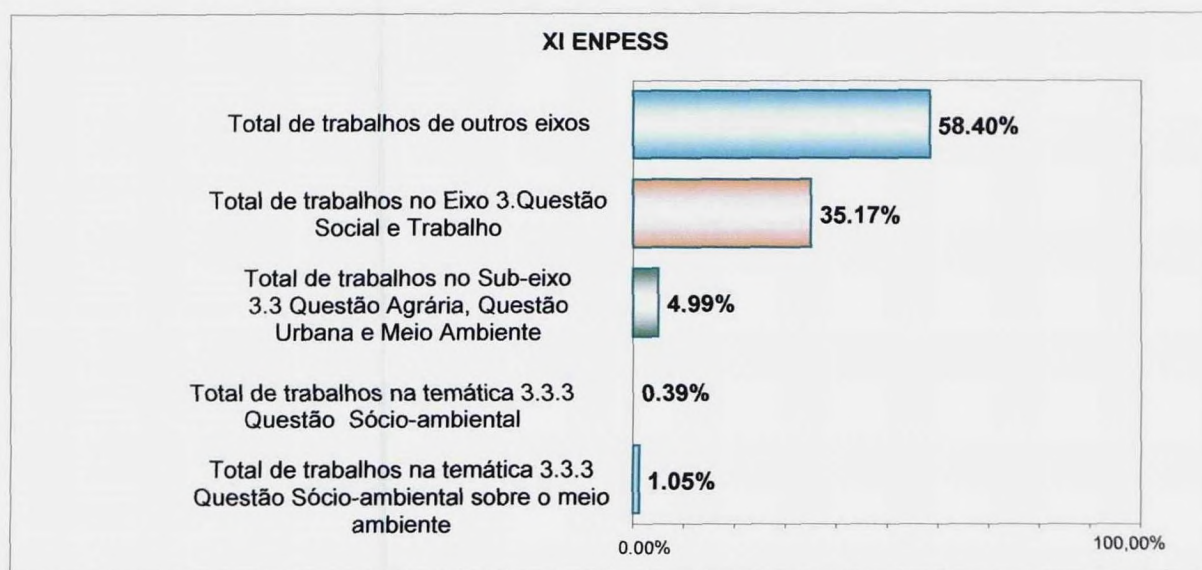


GRÁFICO 6 – Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no XI ENPESS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

Apesar de representar apenas 1,05% do total de trabalhos aprovados no Encontro, concluímos que o ápice da discussão em relação ao meio ambiente foi neste ENPESS, pois, comparado aos anos anteriores, verificamos que os trabalhos expressaram maior densidade de conteúdo. Identificamos 06 análises teóricas, 03 pesquisas de campo e 02 relatos experiência profissional. Destes, 07 eram da região Nordeste, 02 da região Sul II, 01 do Centro-oeste e 01 não possuía a identificação da procedência geográfica.

O discorrer das argumentações textuais se deram na mesma linha do encontro anterior, destacando a necessidade da categoria profissional trabalhar de modo interdisciplinar, tornando a questão sobre o meio ambiente na perspectiva da garantia de direitos à população, visto que a questão perpassa o direito à melhor qualidade de vida. Destacam ainda a importância do *empoderamento* dos sujeitos, no sentido destes pressionarem os órgãos governamentais para que se torne efetiva a garantia de viver em um

do ambiente hoje são as camadas mais empobrecidas da população, exatamente o perfil do usuário atendido pela profissão, nos seus distintos espaços sócio-ocupacionais.

Na análise geral dos trabalhos nos ENPESS aqui focados, foi possível constatar elementos comuns na forma como a questão ambiental foi sendo compreendida pela categoria profissional, tais como: uma referência bibliográfica semelhante; a obra Serviço Social e Meio Ambiente, organizada por Marcos Reigota, é citação comum a todos os trabalhos, além de autores como Enrique Leff (2001;2006), Guilherme Foladori (1997; 2001), István Mészáros (2002) e Karl Marx(1975)⁷. Além disso, os autores também se valem dos mesmos encontros, legislações e políticas que trazem o debate sobre a questão ambiental em âmbito nacional e global, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ou a chamada Conferência de Estocolmo, em 1972; a Constituição Federativa do Brasil, artigo 225, de 1988; e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ou a ECO-92, em 1992, e desta última, ponderaram as demais políticas como a Agenda 21, o Estatuto das Cidades, entre outras.

Também foi possível perceber que o recorte teórico que orienta a maioria dos autores que tivemos acesso, procura partir de uma leitura crítica da questão ambiental, permitindo ao Serviço Social a apropriação da questão ambiental na perspectiva a qual orienta o projeto político da profissão⁸.

⁷ LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FOLADORI, Guilherme. A Questão Ambiental em Marx. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, n°4, v.1, 1997

_____. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Editora UNICAMP: São Paulo, imprensa oficial, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa, 1ªed. São Paulo: Editora UNICAP/BOITEMPO, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, livro I, v. II.

⁸ O projeto profissional é um documento que estabelece à categoria uma direção ao exercício profissional e que se apropria de referenciais éticos, políticos, teóricos e técnicos que permeiarão toda ação profissional do assistente social. Como afirma Guerra (2007, p.12), o projeto profissional pauta-se num conhecimento teórico

Os textos dos ENPESS analisados realizam uma reflexão que perpassa a idéia do vínculo entre o ser humano e o meio ambiente, partindo do pressuposto que o meio ambiente não é algo alheio ao homem, mas um conjunto de elementos biológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos. Para exemplificar, no IX ENPESS, Santos et al (2004 apud MARX, 1966, p.67), compartilham o vínculo entre social e ambiental, segundo os autores,

a natureza é um corpo inorgânico do homem; ou seja, a natureza enquanto não é o próprio corpo humano. Que o homem vive da natureza quer dizer que a natureza é o seu corpo, com o qual deve manter-se num processo constante para não morrer. A afirmação de que a vida física e espiritual do homem se acha integrada com a natureza não tem outro sentido que o de que a natureza se acha integrada consigo mesma e que o homem é parte da natureza.

Outra afirmação que comungam é a de que o modelo de desenvolvimento capitalista é um modelo insustentável para a preservação da vida nos seus mais variados aspectos, por seu caráter consumista e de exploração massiva dos recursos naturais não renováveis. Essa reflexão parte do próprio conceito de desenvolvimento sustentável em voga na atualidade. No texto de Miranda; Andrade; Gorgorio et al (2006 apud ANTUNES, 2005, p.165), constante do X ENPESS, há a afirmação de que

[...] o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização

baseado em valores universais e em práticas que “transcendam a mera cotidianidade pra alcançar o patamar do exercício crítico, competente e comprometido”. Dessa forma, a autora considera que o assistente social deve basear-se num projeto profissional com dimensões críticas, pois “permite questionar os preconceitos, as verdades estereotipadas, o senso comum, as superstições que impregnam certos fatos ou processos sociais reais”(p.23). Portanto ao se referenciar num aporte teórico-metodológico crítico, o profissional realiza uma análise concreta de situações concretas vividas no cotidiano da sociedade respondendo “[...] aos anseios de setores e forças progressistas da sociedade. Com base nos anseios desses setores, a profissão recolhe valores, princípios, objetivos e estratégias que se dirigem a uma sociedade mais justa, democrática e equânime”. (Ibidid, p.30).

do trabalho e uma degradação crescente da relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Ainda neste encontro, Silva (2006) acrescenta que,

[...]o sistema do capital reinventa estratégias de acumulação que constrói e alimenta desigualdades de modo permanente [...] o capital dialoga e interage com a agenda ambientalista para dela extrair reivindicações e colocá-las sob o seu controle. Estes são os instrumentais mais utilizados pelo sistema hegemônico para ecologizar o mercado: a manipulação; cooptação e a obliteração da realidade.

Os trabalhos analisados nos ENPESS, em geral, abordam a questão ambiental a partir de uma realidade específica, sendo estas o reflexo da crise ambiental.

Nessa perspectiva, Silva (2006), no X ENPESS, discutindo sobre a implantação da carnicultura no Brasil, especificamente no Nordeste brasileiro, aponta que a chegada desse tipo de produção acarreta em duas correntes contraditórias, a do discurso empresarial, que aponta a carnicultura como uma atividade produtiva que alimenta a economia, o desenvolvimento e a sustentabilidade local; e uma segunda corrente que afirma ser uma atividade que provoca a degradação do ambiente natural, modificando-o em favor dos interesses do capital e expropriando as populações locais “do seu território, negando assim, o direito ao meio ambiente.” Destaca ainda que,

a chegada da carnicultura no Brasil, particularmente na costa do litoral nordestino, vem sendo marcada, além do lucro nos negócios para a classe empresarial, por danos irreversíveis ao meio ambiente, principalmente no ecossistema de manguezal.

Modesto e Ribeiro (2008), no XI ENPESS, em pesquisa realizada sobre a problemática ambiental na Vila de Pescadores, no bairro Jaraguá, em Maceió – AL, identificaram que no local, o descaso governamental com o bairro no quesito urbanização, acarreta no acúmulo de resíduos sólidos, que junta-se

[...]aos dejetos de fossas e esgotos que correm nas ruelas mal-cheirosas. Falta água potável, sanitários e acesso para o carro de coleta de lixo. Muitos barracos são inabitáveis porque são invadidos pelas águas de esgoto e/ou alcançam temperaturas acima do suportável em seu interior. Não existe espaço de lazer ou qualquer salão para dinamizar as poucas atividades culturais. Inexiste o acompanhamento de agentes de saúde e qualquer atendimento específico na área de educação ou assistência social. Nesse cenário, até o mar é vítima do descaso político.

Percebemos que a autora reconhece a questão ambiental como uma expressão da questão social, fato este expressamente visível na sua conclusão, onde esta afirma que de uma observação microssocial é possível transpor uma análise macrossocial. Contudo, ela não apresenta sugestões que possibilitam aos assistentes sociais uma intervenção direta, diante dos *problemas* vivenciados por esta população. A autora conclui: “resta assinalar que esta pequena amostra retrata o quadro nacional onde a maioria dos brasileiros se mantém avesso ao mundo da qualidade de vida e, portanto, no acostamento da estrada da cidadania”.

Por fim, ainda no mesmo Encontro, Almeida et al (2008), relatando a pesquisa parcial realizada em três bairros de Cuiabá- MT, pelo Departamento de Serviço Social e Arquitetura da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), refletem que “as cidades brasileiras são marcadas pela presença dos assentos informais, vilas, loteamentos clandestinos, favelas, por constituir espaços irregulares e inseguros onde habita grande parte da população”.

As autoras afirmam ainda que a questão ambiental e a questão social estão

vinculadas uma a outra, para tanto torna-se impossível diferenciar os problemas de cada uma. Naquela ocasião, a coleta da pesquisa sobre os problemas da região se deu através de entrevistas com a comunidade e foi verificado pelas autoras que os principais problemas verificados diziam respeito:

[...]a falta de comércios no bairro, o sistema viário é ineficiente, o acesso a certos espaços da comunidade é feito por espaços mínimos, sem arruamento, sem contar que os bairros não são dotados de asfalto ou calçamento, com águas pluviais e esgoto correndo a céu aberto [...] a falta de transporte público e a constante poeira que leva crianças e idosos, principalmente a sofrerem problemas respiratórios constantes. (SILVA et al, 2008).

É pertinente destacar que os autores dos textos aprovados nos ENPESS, no geral, realizam uma reflexão crítica sobre a questão ambiental, sem apresentar propostas efetivas para a profissão, apesar de reconhecerem esta questão como um espaço de intervenção profissional. Logo, compreende-se a quase inexistência de relatos de experiência da intervenção direta do profissional de Serviço Social na questão ambiental.

Há ainda que pontuar que os relatos de experiência se deram na perspectiva de análise de dados (como, por exemplo, a quantidade de populações expulsas de seus locais de origem para as áreas periféricas das cidades) e a caracterização de elementos constituintes da questão ambiental (por exemplo, a falta de saneamento básico, o acúmulo e a produção de lixo urbano, implantação de grandes empresas poluidoras em pequenas comunidades, dentre outros).

Quanto aos trabalhos que apresentaram o exercício profissional na perspectiva da educação ambiental, nenhum deles explorou como exatamente a ação se consistiria.

Santos, Raquel (2006), no X ENPESS, afirma que a questão ambiental está se desenvolvendo de forma acelerada na prática profissional do assistente social e que estes

devem se inserir na prática como educadores ambientais, pois, a educação ambiental, sob um viés participativo, pode ser um instrumento para que se atinja o desenvolvimento de atitudes políticas nos cidadãos.

Nesta mesma linha, no X ENPESS, Oliveira (2006), ao relatar a experiência profissional a respeito da educação ambiental referente ao consumo de água, no município de Taubaté –SP, coloca o assistente social como um facilitador da educação ambiental, já que poderá descobrir “ alternativas que proporcionem a participação, a responsabilidade sócio-ambiental e o exercício da cidadania, visando o desenvolvimento social e ambiental”. A autora ainda recorre a Neto (2006) para explicar a razão da inserção do profissional nesse espaço, considerando o movimento histórico da sociedade, denso de muitas transformações que

[...]incorporam novos temas e assim novas demandas aos profissionais de Serviço Social e a temática ambiental se insere nessa historicidade, resultando num debate, elaboração e investigações teórico-práticas capazes de instrumentalizar a intervenção profissional, visando a sustentabilidade ambiental (Ibid, 2006).

Em suma, pudemos verificar que os autores entendem a importância do assistente social se inserir na temática ambiental e compreendem que a questão ambiental é fruto do desenvolvimento capitalista, que tem se dado de forma cada vez mais acelerada e degradante para as condições de vida de todo o entorno. Contudo, uma proposta de exercício profissional que contemple a dimensão ambiental é praticamente inexistente, ou quando muito, superficial, limitando-se a propor uma ação de educação ambiental sem pontuar como se dá essa ação.

1.2. A Questão Sócio-ambiental em debate nos CBAS

O CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) é organizado tri-anualmente pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social, dentre outros co-organizadores. O evento é datado da década de 1970, na cidade do Rio de Janeiro. Seu objetivo, dentre outros, é reunir a produção intelectual, política e prática do Serviço Social brasileiro.

O universo desta pesquisa foram os eventos ocorridos nos anos de 2001 a 2007. Assim, os Congressos analisados se configuram em:

TABELA 2 – Dados Gerais dos CBAS de 2001 a 2007

CBAS	Local	Data	Tema
X	Rio de Janeiro/RJ	08 a 12 de outubro de 2001	Trabalho, Direitos e Democracia: Assistentes Sociais Contra a Desigualdade.
XI	Fortaleza/CE	17 a 22 de outubro de 2004	O Serviço Social e A Esfera Pública no Brasil: O Desafio de Construir, Afirmar e Consolidar Direitos.
XII	Foz do Iguaçu/PR	28 de novembro a 02 de novembro de 2007	Questão Social na América Latina: Ofensiva Capitalista, Resistência de Classe e Serviço Social.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

Verificamos que o número total de trabalhos aprovados nos CBAS ao longo do período analisado foram de 2.703 trabalhos. Já o número de trabalhos sobre o meio ambiente corresponderam a 38 trabalhos. De imediato constata-se que, também nos CBAS, esta não é temática prioritária na agenda da categoria profissional, visto que corresponde a apenas 1% do

período analisado foram de 2.703 trabalhos. Já o número de trabalhos sobre o meio ambiente corresponderam a 38 trabalhos. De imediato constata-se que, também nos CBAS, esta não é temática prioritária na agenda da categoria profissional, visto que corresponde a apenas 1% do total de produções textuais aprovadas nos eventos.

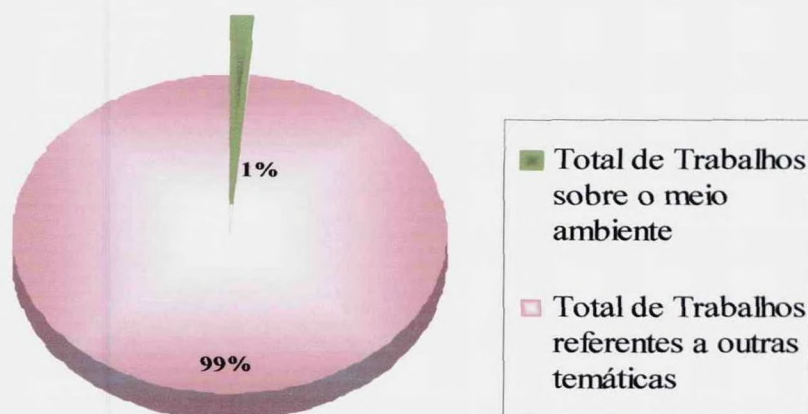


GRÁFICO 7 - Total de trabalhos sobre a temática ambiental comparado com o total de trabalhos das demais temáticas dos CBAS de 2001 a 2007.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

A seguir analisamos cada congresso, demonstrando quanti-qualitativamente cada um, e, ao final, realizamos uma reflexão acerca dos mesmos.

No X CBAS foram aprovados 778 trabalhos. Destes, 45 foram no eixo “Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente” e 24 no eixo “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente”. Após a análise dos referidos eixos constatamos que havia 07 produções relativas a questão ambiental no eixo “Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente” e 06 produções no eixo “Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente”, conforme o seguinte gráfico:

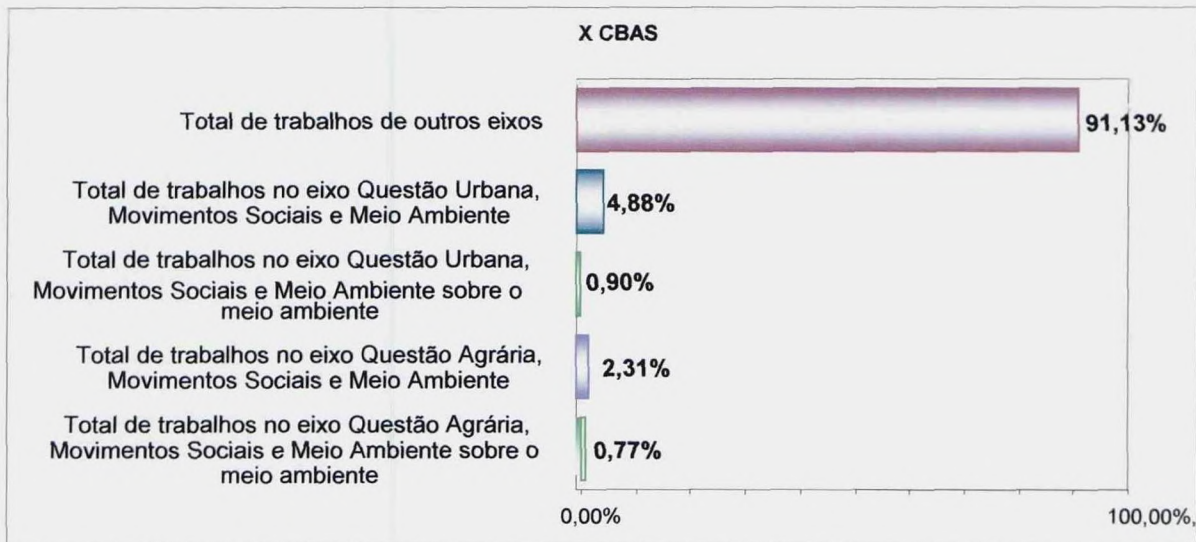


GRAFICO 8 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no X CBAS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

Dessa forma, é possível constatar que, do total de trabalhos aprovados no X CBAS, apenas 1,67% das produções textuais, inseridas nos dois eixos selecionados, referem-se a questão ambiental.

Em relação ao caráter das produções textuais sobre o meio ambiente nos referidos eixos, 07 se constituíram em pesquisas de campo, 03 em experiências profissionais e 03 análises teóricas. Quanto a procedência geográfica dos trabalhos, 05 eram da região do Nordeste, 03 do Norte, 01 do Centro-Oeste, 01 da região Sul I, 01 da região Sul II e os dois trabalhos restantes não especificaram o local de origem.

De modo geral, os trabalhos sobre a questão ambiental inscritos neste congresso, compartilharam a idéia de que o fator decisivo para o agravamento da questão ambiental foi o acelerado desenvolvimento capitalista, que, visando a obtenção da mais-valia, vai se apropriando de modo cada vez mais acelerado dos recursos naturais existentes, além de agudizar as condições de vida da população. Destacam a importância de realizar o vínculo entre social, econômico, cultural, político e ambiental, tanto no nível de reflexão, como no

nível de exercício profissional.

Outro fato importante de ser destacado é que grande parte dos trabalhos relatam, direta ou indiretamente, que a questão ambiental se explicita através do inapropriado manejo dos recursos hídricos, na falta de saneamento básico à população e nas péssimas condições de moradia, tornando-se elementos propensos ao desencadeamento da degradação das condições sociais e ambientais de vida. As produções textuais apontam também o assistente social como educador ambiental, bem como a pertinência de exercer esta função sob forma de mútua cooperação com profissões afins.

O XI CBAS foi o congresso que obteve o maior número de trabalhos aprovados: 1060 produções. O eixo selecionado, “Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Direito à Vida”, continha 23 trabalhos aprovados, dos quais 11 incitavam a discussão sobre o meio ambiente, como vemos abaixo:

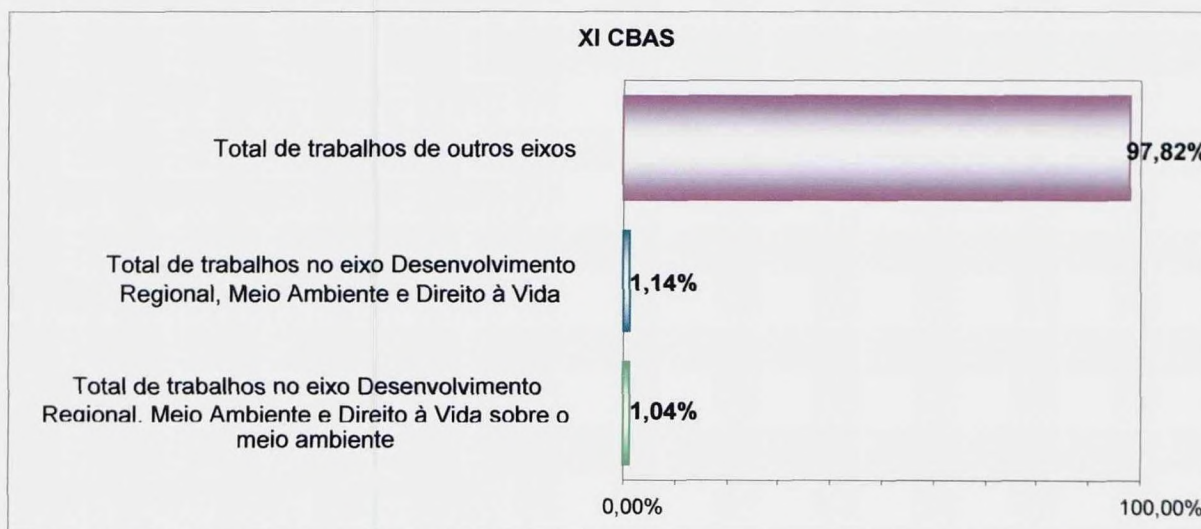


GRÁFICO 9 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no XI CBAS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

Através do gráfico é possível verificar que houve uma pequena diminuição no número de trabalhos sobre o meio ambiente (0,67%), quando comparado ao X CBAS.

Dos 05 trabalhos possíveis de serem analisados, verificamos que 03 se constituíram experiências profissionais, 01 análise teórica e 01 em pesquisa de campo.

Quanto a procedência geográfica dos trabalhos, constatamos uma relativa proporcionalidade sendo, 01 advindo do Centro-oeste, 01 do Nordeste, 01 da região Sul I, 01 da região Sul II e 02 não tinham a identificação da região em que foi originada.

Em relação ao conteúdo dos textos, foi possível constatar que estes compreendem ser o capitalismo o responsável pelo agravamento ambiental, não se limitando a considerar somente o espaço natural, mas também o construído, com os seus aspectos culturais, econômicos e sociais.

Os trabalhos apontam o papel do assistente social como sendo o de educador ambiental na perspectiva de provocar o equilíbrio ecológico, ao mesmo tempo em que modifica costumes e hábitos incrustados nas pessoas, além de torná-las parte da construção de uma sociedade justa e democrática. Entendem ainda que o trabalho dos assistentes sociais como educadores ambientais devem ser realizados de modo interdisciplinar. Eles ainda contemplam os seguintes assuntos: a agricultura na perspectiva da agroecologia, ou desenvolvimento sustentável baseado na diversidade de produção alimentícia e primazia pela agricultura familiar; o meio ambiente como um aspecto relativo a saúde da população, sendo a degradação ambiental um fator que compromete a qualidade de vida da população; a cultura da mineração depredatória, que explora os trabalhadores; e , por fim, o fazer profissional na perspectiva da educação ambiental.

Já no XII CBAS, último congresso analisado, o número total de produções diminuiu consideravelmente: 865 trabalhos. Destes, 59 encontram-se no eixo “Questão Agrária, Urbana e Meio Ambiente: Luta pela Terra e Condições de Vida”, selecionado para análise, e que, no seu interior, pudemos encontrar apenas 14 produções relativas a questão ambiental, como expressa o gráfico:

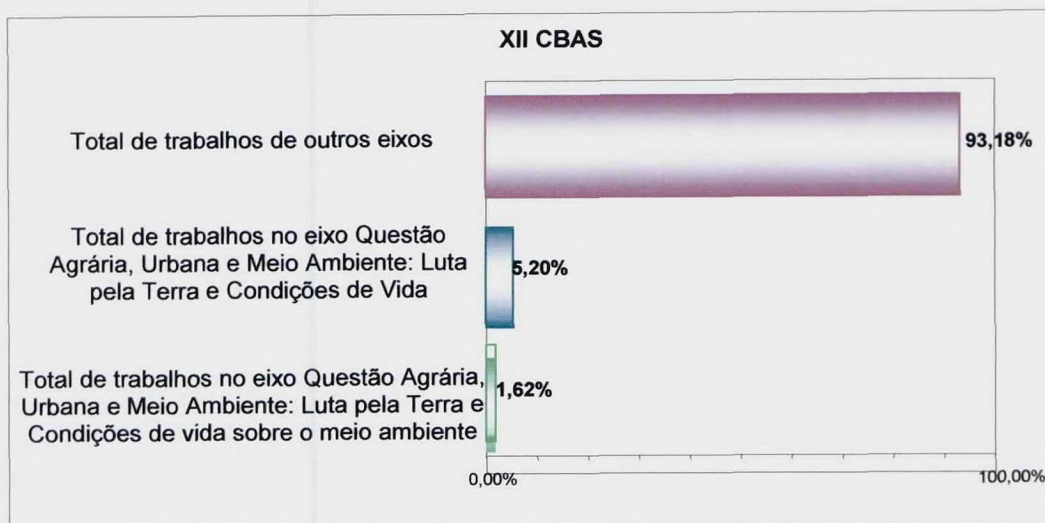


GRÁFICO 10 - Pesquisa comparativa sobre o número total de trabalhos relativos ao meio ambiente e as outras demais temáticas abordadas no XII CBAS.

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

O gráfico acima demonstra que, apesar da diminuição no número total de trabalhos, houve um aumento destes no eixo selecionado para análise, correspondendo a 4,10%, se comparado ao XI CBAS. Quanto ao número de trabalhos sobre o meio ambiente houve um pequeno aumento, correspondente a de 0,54%, comparado ao congresso anterior.

Observando as produções sobre o meio ambiente, este foi o congresso que possuiu o maior número de trabalhos sobre o tema. Dos 14 trabalhos analisados, verificamos que 05 se caracterizaram como experiências profissionais, 05 trabalhos são análises teóricas e os 04 restantes se constituíram em pesquisas de campo. Quanto a origem das produções, 04 pertenciam a região Norte, 03 ao Nordeste, 02 trabalhos do Leste, 02 da região Sul I, 01 da região Sul II e 01 do Centro-oeste do país. Fato novo foi a origem de um trabalho internacional (Costa Rica), o único trabalho internacional sobre o meio ambiente nesses nove anos de CBAS.

Em relação ao tratamento dado ao tema, os trabalhos, como nos congressos anteriores, também delimitaram a questão ambiental e social como produto da ânsia do

desenvolvimento capitalista pelo crescimento econômico, sendo necessário superar as problemáticas através do rompimento com o sistema vigente. Os trabalhos ainda articulam o meio ambiente e os aspectos sociais, demonstrando o caráter intrínseco dos elementos.

Alguns trabalhos relacionam a tendência do aumento da degradação ambiental como um fator que afeta diretamente a população empobrecida; os autores ainda denunciam as políticas focalistas dos governos neoliberais para o enfrentamento da questão. Ainda apontam a importância do profissional de Serviço Social inserir-se no espaço da questão do meio ambiente enquanto educador ambiental, na perspectiva de discutir os problemas ambientais com a população e partir de propostas de enfrentamento feitas por ela própria, bem como contribuir com mudança de hábitos sem destruir a cultura local, sob a ótica do ‘agir localmente e pensar globalmente’.

Após este panorama da discussão sobre o meio ambiente presente em trabalhos nos CBAS podemos concluir que a totalidade das produções textuais confirmam ser o desenvolvimento capitalista o responsável pelo agravamento da questão ambiental e social postas. Um exemplo disto é o trabalho de Silva (2001), que na introdução do seu trabalho afirma que a degradação sócio-ambiental na cidade de Natal se configura como o resultado da economia globalizada que aflora, de forma acelerada, problemas como: “a favelização, a segregação urbana, crescimento da violência, aumento das taxas demográficas, etc”.

Castro (2004) no XI CBAS, seguindo esta mesma linha de raciocínio comenta que,

[...] as análises do quadro geral sócio-ambiental na sociedade contemporânea revelam que o impacto das ações humanas sobre o meio ambiente estão se tornando cada vez mais complexas, tanto no seu aspecto quantitativo quanto no qualitativo. Deve-se todavia compreender que o meio ambiente é finito, ou seja, possui limites, e não condiz com o nível tecnológico e com o padrão da cidade moderno.

Os autores ainda compartilham o pressuposto de que a questão ambiental constitui-se num dos elementos centrais da condição de pobreza da grande maioria da população. Ribeiro (2001 apud ALMEIDA, 2000, p.188-189) afirma que a sociedade capitalista responsabiliza a camada mais pobre da população pela degradação ambiental, contudo “[...] são eles sem dúvida as piores vítimas do sistema, receptores das deteriorizações ambientais provocadas tanto por instalações industriais, como pela própria infra-estrutura criada pelos governos para o bem de todos”.

Em face à questão, os autores buscam demonstrar que as políticas são residuais para o enfrentamento da questão sócio-ambiental. Bressan (2001), no X CBAS, no relato de experiência profissional junto a comunidade de São José, na cidade de Chapecó/SC, reflete que somente há ação por parte do capital quando as conseqüências da questão ambiental afetam diretamente a classe burguesa, assim sendo, sua preocupação “[...]com as relações Homem-Natureza não passa de intenções residuais, pontuais, paliativas. Sua índole é predatória, o que elimina qualquer possibilidade de pensar a burguesia como aliada a causa ambiental”. Assim, perpetua-se a lógica de exploração dos recursos naturais e humanos no neoliberalismo, sob o aparato de um “[...]discurso aparentemente unificado e aclassista [...] de sustentabilidade do planeta e da vida. Para alguns ambientalistas, um ‘capitalismo verde’ para mascarar o processo de degradação do meio natural e assim continuar sendo o seu depredador”. (BRESSAN, 2001)

Já para Araújo (2007), no XII CBAS, é urgente pensar uma sustentabilidade baseada em condições de vida que contemple aspectos sociais, econômicos, éticos, culturais e ambientais sem prejudicar as gerações posteriores, considerando o que Castro (2004), no XI CBAS, destaca sobre a terminologia desenvolvimento sustentável, considerando-a como uma concepção não hegemônica, propensa a diversos posicionamentos. Contudo, segundo a mesma autora afirma que “a grande maioria assume um discurso crítico ao modelo capitalista,

porém o que tem prevalecido são propostas de reestruturação do modo de produção capitalista e não a sua ruptura”.

Mas acreditamos que a posição de Costa e Silva (2007), quando falam de desenvolvimento sustentável, seja a mais avançada, no sentido de entender o tema ultrapassando a visão de meio ambiente como algo exclusivamente relativo a natureza. As autoras afirmam que desenvolvimento sustentável não diz respeito “[...] a sustentabilidade em si, mas sim da reprodução das relações sociais”. Estas afirmam que embora seja evidente a articulação entre o ecológico e o ambiental nessa perspectiva, são gritantes as concepções que colocam os dois elementos como questões separadas.

Ainda são estanques o ecológico e o meio ambiente por um lado e de outro o social ou as representações sociais, os valores, a cultura, etc. Se o social é complexo, global, integrador e interdependente, também o é o ecológico, pois os organismos vivos também interferem, diretamente nos ecossistemas ou nas comunidades naturais.(COSTA; SILVA, 2007)

Também encontramos autores que levantam questões para o Serviço Social inserido nessa ‘nova’ área, como Belo e Silva (2007), no XII CBAS, que perguntam qual a visão do profissional em relação à perversidade que ganha a degradação ambiental; e como este “busca a ampliação e consolidação da cidadania, da equidade e da justiça social, assegurando a universalidade de acesso aos serviços relativos aos programas e políticas sociais”.

A partir dos dados identificados nas produções dos diversos CBAS, algumas considerações se fazem necessárias.

A primeira é o fato dos trabalhos identificarem a questão ambiental através de questões que corroboram a degradação sócio-ambiental, como: o incorreto manejo dos recursos hídricos, a ausência de saneamento básico e de tratamento de esgoto, as péssimas

condições de moradia, o tratamento dos resíduos sólidos e as questões relativas a agricultura com pesticidas. A partir desses elementos os profissionais, e/ou pesquisadores em Serviço Social, procuram estabelecer vínculo entre o ambiental, o social e o econômico. Alguns autores ainda vinculam a questão ambiental ao étnico, cultural, político e espacial.

Também são praticamente unânimes as críticas as atuais políticas públicas para o enfrentamento da questão ambiental. Santos e Ferreira (2001), em trabalho aprovado no X CBAS, discutiu a transposição do Rio São Francisco e os impactos causados à população. Segundo a autora, tomando como premissa o fato da escassez dos recursos hídricos ser mais emergente no nordeste brasileiro, as justificativas governamentais para efetuar a transposição do Rio São Francisco teria como meta principal

“[...]a eliminação dos constrangimentos do acesso à água de boa qualidade por uma parcela expressiva da população brasileira. Ele visa a garantia ao aumento da garantia do suprimento hídrico, sem o qual o desenvolvimento sustentável não se realiza”.

Contudo, sabe-se que grande parte da água permanecerá nos grandes centros urbanos e indústrias de grande porte, tendo em vista que são eles que poderão pagar os custos do projeto, já que este visa a venda dos recursos. Nesse sentido, os reais interesses na transposição do rio, assim como as conseqüências negativas da iniciativa, não são repassadas à população, e também se choca com a Lei 9433/97,

que implanta a Política Nacional dos Recursos Hídricos e define a estrutura jurídico-administrativa do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, regulamentando o inciso XIX, do Artigo 21 da Constituição Federal, que estabelece como fundamentos básicos (Artigo 1º, incisos V e VI), que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implantação da Política Hídrica e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das

comunidades[!]. (SANTOS; FERREIRA, 2001)

Carvalho e Santos (2004), no XI CBAS, afirmam ser o nordeste brasileiro uma região propícia ao desenvolvimento sustentável, tendo em vista os aspectos quanti-qualitativos da localidade. Nessa ótica, revela-nos sobre a existência da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas (EFAL), na comunidade de Ladeirinhas/SE, que se pauta na ‘educação agrícola sustentável’. De acordo com os autores a entidade

[...]serve tanto para a elevação no nível de escolaridade na área rural, através da formação básica, capacitação técnica, formação política, consciência crítica dos jovens rurais, como também para o desenvolvimento rural que prioriza a questão ambiental. (CARVALHO; SANTOS, 2004)

O Serviço Social se inseriu nesse espaço como um ator responsável pela educação ambiental daqueles sujeitos, na perspectiva da cidadania, do associativismo e da qualidade de vida, salutando a estrutura do processo educativo

[...]no sentido de superar a visão fragmentada da realidade através da construção e reconstrução do conhecimento sobre ela, num processo de ação e reflexão, de modo dialógico com os sujeitos envolvidos, respeitar a pluralidade e diversidade cultural, fortalecer a ação coletiva e organizada, articular os aportes dos diferentes saberes e fazeres e proporcionar a compreensão do problema ambiental em toda a sua complexidade; possibilitar a ação em conjunto com a sociedade civil organizada, e, sobretudo com os movimentos sociais, numa visão de educação ambiental como processo instituinte de novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. (Ibid, 2004)

O saneamento básico também foi um tema abordado nos trabalhos inseridos nos

CBAS. Bruno, Franco e Vilela (2001), no X CBAS, informam o quão restrita é a coleta e tratamento de esgoto para a sociedade brasileira, colocando que somente 40 % da população têm acesso a esse serviço. Relatam que no Mato Grosso do Sul, região em que desenvolveram o exercício profissional, 87% da população não tinha acesso ao serviço de coleta e tratamento de esgoto. As autoras, vinculadas a Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul (Sanesul), relatam um trabalho junto a treze cidades do estado, tendo como instrumento de trabalho a mobilização comunitária e a educação ambiental, no intuito de ampliar o nível de conhecimento da comunidade em relação ao seu meio, à saúde e a qualidade de vida, de forma a estabelecer a relação *Uso x Benefício do Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado*, considerando o saneamento básico um elemento para se atingir qualidade de saúde e de meio ambiente. Através do *Grupo Executivo de Mobilização Comunitária*, as assistentes sociais foram capazes de efetivar o exercício da cidadania, propiciando, via ação multidisciplinar, que a população “[...]adotasse um papel ativo e consciente na busca de soluções para os seus problemas e necessidades de saneamento” (Ibid, 2001), além de incitar em cada indivíduo a reflexão sobre a importância da cultura participativa para a efetivação dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres em relação a essa política pública. As autoras concluem que a intervenção profissional na política de saneamento básico tem origem na inexpressiva participação da comunidade no enfrentamento da problemática, que está tão presente no cotidiano dos indivíduos. Desse modo, o exercício profissional, vislumbrando o vínculo entre saneamento básico e ambiental, possibilita resultados positivos na resolução do problema, pois “faz com que as pessoas comecem a repensar uma série de questões ambientais e de saúde pública”. (BRANCO; FRANCO; VILELA, 2001)

Outro elemento de destaque nos trabalhos aprovados nos diversos CBAS foi a compreensão do papel do profissional de Serviço Social como educador ambiental, tendo

como um dos instrumentos de trabalho a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99)⁹.

Grande parcela dos autores discorre sobre a ação profissional qualificando-a como propositiva e crítica, com capacidade de intervir em novas demandas. Assim,

[...]o Assistente Social no seu trabalho profissional se defronta com a necessidade de atuar de modo interventivo e propositivo na produção de conhecimento científico, na abordagem das causas dos problemas ambientais sob a lógica do capital que gera ordenamentos impositivos ao uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais (CHAVES et al., 2001, X CBAS).

Para Pereira (2007), no XII CBAS, o profissional de serviço social, por sua formação generalista esta capacitado

[...]para atuar nas mais diversificadas áreas de trabalho. Além disso, o debate sobre as questões ambientais estão na ordem do dia e como profissionais que precisam estar sempre atentos ao movimento dinâmico da sociedade brasileira precisam observar as tendências atuais e as possibilidades de espaço de atuação profissional. Nesse sentido, há que se ter um pouco de ousadia na perspectivas de proposituras de políticas públicas, planos, projetos e ações.

Para os autores, a educação ambiental proporciona ao profissional uma ruptura com a lógica neoliberal e efetiva o compromisso de garantir os direitos dos cidadãos, pois, segundo o que Reis, Lopez e Reis (2007) nos coloca no XII CBAS,

⁹ Ver Anexo A.

[...]a educação ambiental tem um papel de fundamental importância como ponto de sensibilização dos principais impactos ambientais existentes [...] visa estimular o desenvolvimento e a construção de um processo participativo nos quais o indivíduo e a coletividade possam contribuir valores sociais, aprofundar conhecimentos, desenvolver habilidades, atitudes e competência, voltadas para a conservação do meio ambiente conforme prevê a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99).

Mas é preciso ressaltar, conforme Bastos (2004), no XI CBAS, recorrendo ao Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2003, que o desenvolvimento da educação ambiental

[...]é um processo de aprendizagem permanente [...] tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para uma preservação ecológica. Ela estimula formação de sociedades socialmente justas e equilibradas, que conservem entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual em nível local, nacional e planetário.

Pode-se afirmar que, parte significativa dos trabalhos dos CBAS tendem, a colocar a educação ambiental como uma ação do assistente social por considerá-la, segundo Barros et al. (2007), no XII CBAS, como capaz de modificar comportamentos, hábitos e atitudes, pautando-se na construção coletiva de conhecimento e na formação de novos hábitos, condizentes com

[...]a vivência ou o conhecimento dos comunitários¹⁰ sobre a realidade empírica, seus problemas, causas, conseqüências e as dificuldades enfrentadas pela população. Essa adaptação metodológica prioriza o “agir

¹⁰ No caso, os autores se referiam a educação sanitária e ambiental das comunidades do semi-árido do Piauí. (grifo nosso)

comunitário” onde todos têm algo a aprender e a ensinar.

Finalizando as análises acerca das produções sobre a temática sócio-ambiental nestes dois espaços privilegiados de socialização de produções da categoria profissional – ENPESS e CBAS, podemos afirmar que: a questão do meio ambiente não se consolidou como um tema central para a categoria; as produções, sejam elas relatos de experiências, sejam debates teóricos ou pesquisas de campo, a cada evento ocorrido, estas produções ganharam densidade e profundidade, procurando estabelecer as causas geradoras, bem como as conseqüências para o cotidiano das populações em geral; parte significativa dos trabalhos, principalmente aqueles publicados nos CBAS, destacaram os limites das políticas públicas voltadas para a questão ambiental; e, por fim, os trabalhos pontuaram a importância da educação ambiental como uma estratégia de ação da profissão, numa perspectiva interdisciplinar.

Sem dúvida, os dados acima sinalizados indicam o quanto a profissão ainda precisa se debruçar sobre o tema, assim como debater profundamente as possibilidades de um processo de intervenção que contemple a questão sócio-ambiental. Neste sentido, buscando contribuir nesta direção, é que construímos a capítulo que segue.

2. A CRISE AMBIENTAL COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Falar sobre o meio ambiente e a crise ambiental instaurada é um tema relativamente novo. Num primeiro momento, tal questão carrega no seu bojo algo reduzido ao mundo biológico e natural, o que de fato não caracteriza a questão ambiental. Inclusive, na primeira lei instituída no Brasil, o art.3º, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, o meio ambiente foi caracterizado como um “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

No entanto esta concepção legislativa sobre o meio ambiente torna-se restrita, pois, de acordo com Andrade (2004 apud SILVA, 1998, p.2), há que se definir o meio ambiente como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento da vida de todas as formas”. De modo geral, isto significa que a questão do meio ambiente ultrapassa a visão simplista de que ela se reduz ao mundo biológico e natural e toma uma amplitude em que o ambiente construído¹¹ faz parte e corresponde ao meio ambiente em si. Andrioli (2008 apud MARX 1968, p.516), já afirmava que o filósofo Karl Marx considerava que o ser humano era parte da natureza,

[...] significa que a natureza é o seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual está associada a natureza, está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza.

Em suma, o meio ambiente é o todo em que o homem está inserido.

¹¹ Define-se ambiente construído como aquele em que o ser humano molda e interfere diretamente, embutindo características culturais, econômicas e políticas, conforme o seu processo histórico e as suas necessidades. (grifo nosso).

Araújo (2005, p. 188) tem nos colocado que o meio ambiente é aquele espaço que “[...]de modo mais significativo permite mensurar as mais recentes transformações.” Desse modo é indiscutível que a transformação do meio ambiente ao longo dos anos, em razão do desenvolvimento capitalista, tem se caracterizado por ser uma transformação acelerada e pouco qualitativa quanto à sobrevivência do homem. A busca incessante pelo desenvolvimento econômico tem provocado a degradação das condições materiais, sociais e culturais da vida de grande parte da população mundial e se constitui enquanto uma das expressões da questão social.

A questão ambiental tem sido abordada muito recentemente, pois, verificada a limitação dos recursos naturais utilizados e a destruição de outros recursos antes inimagináveis¹², a população teve que se adaptar aos novos moldes sociais e econômicos. Estes procuram provocar uma consciência ecológica na utilização destes recursos naturais, sob a denominação de desenvolvimento sustentável, e tal denominação possui várias facetas, imprescindíveis de se pontuar. Segundo Silva, Magalhães e Costa ([200?] apud MILARÉ, 2005, p.57), o termo Desenvolvimento Sustentável surgiu no relatório *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório de Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, com a perspectiva de atender necessidades humanas pontuais sem comprometer as necessidades futuras das posteriores gerações. Para atingir este propósito, foi criada uma ‘aliança’ entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Em 1992, na Conferência nas Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO-92), no Rio de Janeiro, este documento foi aprovado e considerado uma meta a ser atingida por todos os países do mundo. De acordo com Brügger (2004, p. 50), dependendo de como é entendida a terminologia desenvolvimento sustentável “[...] pode haver, paradoxalmente uma maior devastação dos recursos naturais e do acirramento ainda mais profundo das

¹²Cito o derretimento das calotas polares e o aumento considerável da temperatura ambiente da Terra, em função da emissão dos gases poluentes. (grifo nosso).

desigualdades sociais”. A mesma autora afirma que deturparam o conceito tanto de desenvolvimento, como o de sustentabilidade, segundo ela, para o senso comum, desenvolvimento torna-se sinônimo de crescimento, enquanto o seu real significado é delinear uma melhoria em algum objeto em questão. Em nosso caso, se limita às condições ambientais e, pensar em uma melhoria, tendo como foco a sustentabilidade ambiental, significa objetivar a qualidade de vida do ser humano, contudo, na sociedade capitalista, a idéia de sustentabilidade perpassa pela ideologia mercadológica. Pontua-se também a utilização do termo pelas mais variadas empresas, que obrigadas a cumprir a legislação ambiental (até mesmo quando não é necessário tal cumprimento), utilizam a ‘consciência ecológica’ como jogo de *marketing*.

Diante do explanado, a realidade nos leva a indagar como se deu ao longo da história social a apropriação dos recursos naturais, que hoje se materializa nesta profunda crise.

2.1. A Crise Ambiental sob a Perspectiva da Apropriação de Recursos Naturais

Qualquer espécie extrai recursos ou a geração de dejetos, quando a extração de recursos ou a geração de dejetos é maior do que a capacidade do ecossistema de produzi-los ou reciclá-los, estamos frente à degradação e/ou poluição, as duas manifestação de uma crise ambiental.” (Antônio Paiva Rodrigues).

O ser humano, assim como as outras espécies, sempre necessitou dos recursos naturais para manter a sua sobrevivência, mas, ao contrário dos outros animais que possuem uma relação de interdependência dinâmica (e de respeito) pelo meio abiótico e biótico, o homem, através do modo de produção adotado (capitalismo), compartimentaliza suas relações e se diferencia das outras espécies, colocando-se em uma posição hierárquica maior tanto

entre seus semelhantes, quanto em relação aos outros seres vivos. Dessa forma, essa relação de desigualdade e a obtenção de recursos naturais sempre pautados na exploração, culminaram no século XVIII, em razão da expansão do modo de produção capitalista, com a degradação das condições de vida de todo o planeta Terra. Reafirmando tais conseqüências, Andrioli (2007) remete-se a Marx quando, na década de 1960, afirmava que a continuidade do modo de produção capitalista poderia acarretar numa crescente exploração e alienação da força de trabalho, como também afetaria de modo negativo a base de produção econômica, e, conseqüentemente, na degradação ambiental, já que o modo de produção é sustentado na apropriação dos recursos naturais.

Até o início da Idade Média a produção de alimentos, utensílios e vestuário realizada pelo homem era para seu consumo próprio ou para o consumo do grupo familiar/comunidade em que vivia. Quando a terra não lhe era mais produtiva ele se deslocava para outro local onde poderia apropriar-se dos recursos naturais disponíveis, que lhes serviam de instrumental para a produção de elementos essenciais à sua sobrevivência.

No entanto, os métodos para se apropriar dos recursos naturais foram se modificando. Segundo Huberman (1936), no período referente à sociedade feudal, o comércio tinha pouca expressividade e era, ainda, economia de consumo. Contudo, a partir do Século XI houve um aceleração do comércio, principalmente com as Cruzadas¹³, que instituiu a produção de mercadorias visando o lucro. Recorrendo ao relato feito por Huberman (1936, p.27) “os cruzados que regressavam de suas jornadas ao Ocidente, traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procura criou um mercado para estes produtos”.

Desta forma, identificamos o princípio da chamada globalização. Esse início de

¹³ As cruzadas foram tropas ocidentais enviadas à Palestina para recuperarem a liberdade de acesso dos cristãos à Jerusalém. A guerra pela Terra Santa, que durou do século XI ao XIV, foi iniciada logo após o domínio dos turcos sobre os muçumanos. Após domínio da região, os turcos passaram impedir ferozmente a peregrinação

globalização proporcionou uma troca de conhecimentos entre os países muito favoráveis, permitindo as pessoas uma percepção da existência de diferentes culturas, possibilitada pelo desenvolvimento da comunicação, que permitiu o contato entre as pessoas a uma longa distância, e incentivando a abrangência de novas técnicas científicas. Contudo, foi direcionada numa perspectiva de exploração de riquezas e trabalho humano, considerando os recursos naturais como ilimitados, visando o lucro e a produção em grande escala. Conforme Steffens (2006) a sociedade se alicerçou numa produtividade e rentabilidade que ultrapassou limites territoriais e, através de acordos e tratados comerciais, facilitou de maneira acelerada e intensa os fluxos materiais e de informação. Portanto os recursos naturais são, ainda hoje, apropriados de acordo com as relações de produção existentes, de forma que, segundo Andrioli (2007), eliminam-se as relações entre o ser humano e o seu entorno, reduzindo-as estritamente a questão financeira.

As cidades, fruto do desenvolvimento comercial, foram um dos fatores significativos para dar continuidade a produção da mais valia, entretanto, o elemento-chave que intensificou este processo foi a introdução da maquinaria na produção de mercadorias no início do século XVIII, com a Revolução Industrial. Naquela época o capitalismo propagava a cultura do *laissez-faire*¹⁴, que propunha o livre comércio sem a intervenção estatal. Como afirma Huberman (1936), a economia capitalista tinha a necessidade de expandir-se, assim como em períodos anteriores o comércio manufatureiro desejou se expandir.

Apesar de trazer modificações positivas para o desenvolvimento econômico e social mundial, proporcionando um aprimoramento no desenvolvimento de técnicas na agricultura, a concretização de descobertas significativas na área da saúde e a evolução no

dos europeus, através da captura e do assassinato, de muitos peregrinos que visitavam o local unicamente pela fé. (Fonte : <http://www.suapesquisa.com/historia/cruzadas/>).

¹⁴Laissez-faire faz parte da expressão em língua francesa "*laissez faire, laissez aller, laissez passer*", que significa literalmente "deixai fazer, deixai ir, deixai passar". O *laissez faire* tornou-se o chavão do liberalismo na versão mais pura de capitalismo, de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência estatal. (Fonte: <http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/741674>).

sistema de transporte e comunicação, o desenvolvimento do capitalismo trouxe muitas conseqüências negativas à população. Citando Steffens (2007), um modelo de desenvolvimento pautado na produção ilimitada da riqueza material, acompanhada pela distribuição de renda desigual e um acelerado crescimento populacional, não poderia deixar de trazer seqüelas como: a ausência de serviços públicos de qualidade; o aumento do desemprego, da fome e da miséria; a falta de infra-estrutura nos locais de moradia; e, principalmente, a deficiência na obtenção de recursos naturais. Todas estas conseqüências acarretaram o agravo da qualidade ambiental, que está intimamente relacionada com a qualidade da vida humana¹⁵.

Segundo Duarte (2003), os problemas acima relatados são conseqüências, principalmente, da consciência humana, que há 150 anos atrás vislumbrava os recursos naturais como mercadorias em potencial, de natureza inesgotável. Com o tempo, a prerrogativa instalada da característica reconstituível e infinita dos recursos naturais foram contestadas e, assim, possibilitou a verificação da ação humana depredatória no ambiente natural, causando desequilíbrios na mesma e provocando: a extinção de espécies animais e vegetais, através da caça e do modo de produção agrícola; a escassez de água potável, decorrente do seu uso indiscriminado e da poluição de reservas de água doce; desequilíbrio do regime de chuvas e prolongadas secas, catástrofes naturais, derretimento das calotas polares e efeito estufa, em razão da emissão de gases poluentes na atmosfera e do acúmulo de lixos químicos, domésticos e hospitalares em lugares inapropriados, que afetam diretamente a saúde da população.

Com a constatação de que o ser humano utilizava os elementos da natureza de forma irracional e indiscriminada, os recursos naturais passaram a ser caracterizados em renováveis e não renováveis, ou seja, em recursos que a natureza possui a capacidade de

¹⁵Contudo, segundo Foladori (2005), apesar da visibilidade da degradação ambiental ser mais expressiva no modo de produção capitalista, é conveniente afirmar que o sistema socialista depredou o ambiente tanto quanto o

recompor-se num curto espaço de tempo e recursos em que não é possível realizar sua recomposição de forma natural. Brügger (2004, p.40) faz uma consideração em relação a denominação renováveis e não renováveis fundamental. Segundo a autora, todos os recursos naturais existentes na natureza são renováveis, entretanto há aqueles que possuem um ciclo natural de curta duração e que possui facilidade de recomposição “num espaço de tempo compatível com o uso por parte do ser humano”, e há aqueles que se “formam tão lentamente que, do ponto de vista humano, os limites de seu suprimento são considerados fixos”. Ela também destaca que o processo de produção está se dando de forma tão acirrada e depredatória que até mesmo os recursos naturais de recomposição breve estão perigosamente perdendo a característica de renovabilidade porque a natureza não consegue acompanhar o processo célere do desenvolvimento capitalista. A autora ainda afirma que atualmente utiliza-se mais a energia dita não-renovável do que a renovável, em decorrência dos altos custos financeiros para utilização da energia renovável.

Sabemos que na sociedade capitalista preza-se mais a lucratividade e o menor custo, acarretando conseqüentemente no detrimento das condições de vida sociais e ambientais. Essa problemática impulsiona uma crise, pois, de acordo com Brügger (2004), uma vez utilizados os recursos naturais não renováveis de maneira massiva e inconseqüente, não se consegue amenizar/eliminar os seus efeitos nocivos rapidamente, devido ao fato destes possuírem um tempo mais longo de renovação. Recorrendo a Duarte (2003, p.245-246) as formas de produzir e comercializar os bens e serviços que sustentam a nossa sociedade força o ecossistema a uma transformação irreversível para um novo ponto de equilíbrio e este novo ponto riuiria a organização social existente “por ser incompatível com o conjunto de recursos naturais”.

Como afirmou Santos, Milton (2006), os agravos ao meio ambiente são a mesma

coisa que o agravo ao meio de vida do ser humano, pois o meio ambiente é um espaço vital para a reprodução humana, onde cria-se e recria-se formas de sobrevivência. Portanto, as condições de vida deploráveis, criadas ao longo do tempo em nosso ambiente, “é a história de ruptura progressiva entre o homem e o entorno”. Ou seja, a partir do momento que o ser humano domina técnicas de apropriação dos recursos naturais para a sua maior comodidade, sem atentar-se para as conseqüências da mecanização abusiva do entorno, ele afeta a sua própria vitalidade.

A crise ambiental instaurada é, de acordo com Silva, Magalhães e Costa ([200?] apud MILARÉ, 2005, p.131), conseqüência “[...] da apropriação de recursos naturais limitados para a satisfação de necessidades ilimitadas”. Portanto, é a implicação das necessidades humanas produzidas pelo próprio sistema capitalista, que se pauta na inovação tecnológica e nos produtos industrializados para seduzir, transformar e modificar a concepção de necessidades humanas básicas (confundindo-as meramente em desejos de consumo desnecessários e infundáveis, atingindo tanto a camada da população mais abastada, quanto à população pobre), que propicia a crise do meio ambiente.

De acordo com Andrioli (2007) são os interesses financeiros que movem tanto as inovações técnicas e as condições de produtividade, como a sua sustentabilidade ecológica e social. O autor cita que Marx, em 1867, na sua obra *Das kapital* (“O Capital”), p.529-530, já havia previsto as conseqüências de tamanha degradação e afirmava que “[...]a produção capitalista somente desenvolve a técnica e a produção social na mesma medida que destrói as fontes de toda a riqueza: a terra e os trabalhadores.”

Hoje é possível verificar a célere dominação do homem sobre o seu ambiente, instrumentalizado principalmente com o domínio da *tecnociência* aprofundada, infelizmente, é para obtenção de riquezas de uma restrita parcela da população. Assim sendo, o império das técnicas nos incita a seguinte conclusão:

A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno. Se, ontem, o homem se comunicava com o seu pedaço de natureza praticamente sem mediação, hoje a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o local ou o mundo, é cheio de mistérios. É nesse sentido que, já em 1949, Georges Friedmann nos aconselhava a considerar esse meio técnico como uma “realidade com a qual nos defrontamos”, propondo, por isso, “estudá-la com todos os recursos do conhecimento e tentar dominá-la e humanizá-la”. (SANTOS, Milton, 2006)

O mesmo autor reflete que o adensamento da questão ambiental é fruto dessa modificação nas relações sociais ao longo do tempo. Para tanto, modificar a situação de calamidade social e ambiental depende da transformação da mentalidade humana, que deve transpor a cultura do individualismo, da competitividade, da exploração de mão-de-obra barata para obtenção do lucro, entre outros elementos que fazem parte da cultura conservadora. Finalizando com Santos, Milton (2006), devemos nos contrapor “a natureza unificada pela história a serviço de atores hegemônicos, onde a técnica passou a ser mediação fundamental entre o homem e o seu entorno”.

2.2. Os Movimentos Sociais e a questão ambiental

Em meio a esse processo de crise, não poderíamos deixar de fazer menção as distintas formas de organização da sociedade civil, em particular dos movimentos sociais que vêm denunciando a questão ambiental enquanto uma das mais recentes expressões da questão social. Como afirma Scherer-Warren (1999, p.67-68)

[...] é nesse contexto de globalização das questões ambientais, da transnacionalização das respectivas políticas e dos avanços tecnológicos para

a intercomunicação entre os diversos atores da sociedade civil que os movimentos ecologistas vão proliferar e assumir papel relevante na criação de políticas públicas.

O desenvolvimento do movimento ambientalista foi gradativo e diferenciado em cada país, de acordo com as condições socioculturais existentes. Reafirmando a relação intrínseca entre a historicidade de determinada sociedade e as ações ambientais, compartilhamos a afirmação de Alonso, Costa e Maciel (2007, p.154-155), que dizem ser o ativismo ambiental, antes de qualquer coisa, “uma interação sociocultural e pessoal, por meio da qual interpretações comuns, laços afetivos, lealdades comunitárias e o sentimento de pertencimento a grupos[...]” são construídos. Portanto, é possível concluir que os movimentos ambientalistas surgem a partir de micromobilizações. Contudo, é necessário ressaltar que a formação de micromobilizações para a origem de um movimento ambiental uno não ocorreu sem conflitos, pelo contrário, cada qual possuiu um estilo de ativismo e defendeu uma linha de ação.

Santos (2008 apud McCORMICK, 1992, p.21) aponta de forma sucinta como se deu a construção dos movimentos ambientais. De acordo com a autora

[...] não teve um começo claro. Não houve um acontecimento isolado que se infamasse num movimento de massas, nenhum grande orador ou profeta que surgisse para incendiá-las, poucas grandes batalhas perdidas ou ganhas e poucos marcos dramáticos. O movimento não começou num país para depois espalhar-se em outro, emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes. As questões ambientais mais antigas eram questões locais. Uma vez compreendidos os custos mais imediatos pessoais da poluição, da caça, ou da perda de florestas, os indivíduos formavam coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Esta evolução foi episódica, com o período de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência.

De fato, a questão ambiental emergiu de forma mais afluada ao final da Segunda Guerra Mundial, após o lançamento das bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki¹⁶, que permitiram a visualização dos limites dos recursos naturais, no entanto a preocupação com as questões ambientais são muito antigas. Já no ano de 1306, em Londres, o Rei Eduardo I, preocupado com a emissão de gases poluentes advindos das fornalhas, objetivou a primeira ação legal exigindo a diminuição e o controle da poluição ambiental, estabelecendo critérios para esta prática e punindo aqueles que não cumprissem a ordem. Nos anos 60, com o movimento da contracultura¹⁷, incitou-se a discussão à respeito dos problemas ambientais, principalmente após a publicação da obra *Silent Spring* (“Primavera Silenciosa”), em 1962, considerado o clássico do movimento ambientalista, de Rachel Carson, que tratava da ação dos pesticidas e inseticidas na agricultura, acarretando, conseqüentemente na degradação da vida humana. A criação da organização não-governamental, Clube de Roma (1968), também foi um outro fator propulsor da discussão ambiental. O Clube de Roma foi iniciativa do empresário e economista italiano Arílio Peccei e reuniu educadores, economistas, cientistas, humanistas, funcionários públicos e industriais, que discutiram a respeito dos graves problemas mundiais, expressos na pobreza, na fome, na degradação ambiental e na concentração populacional no ambiente urbano. Dessa reunião, culminou em 1972, o Relatório denominado Limites do Crescimento, que serviu de alerta para as conseqüências ambientais catastróficas, caso tendêssemos a este modelo de desenvolvimento

¹⁶O lançamento das bombas atômicas em 6 de agosto de 1945, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, marcou o fim da Segunda Guerra Mundial. O lançamento das mesmas causou desespero e destruição, tudo o que existia desapareceu, inclusive a vegetação, transformando as cidades em desertos e, quem estava no hipocentro onde elas caíram, morreram instantaneamente, alguns tiveram seus corpos desintegrados. Os sobreviventes sentiam uma onda de calor intenso causado pelos raios térmicos, como a radiação ultravioleta, que ainda causou incêndios e derreteu vidros e metais. No mesmo dia caiu uma chuva preta, pesada e oleosa, que continha grande quantidade de poeira radioativa, contaminando áreas mais distantes do hipocentro, matando peixes, e causando sérios problemas as pessoas que beberam daquelas águas. “Quem sobreviveu, foi obrigado a conviver com males terríveis[...]” e ainda hoje, seus efeitos têm causado a morte de 250 mil pessoas. (Fonte: http://www.unificado.com.br/calendario/08/bomba_hiro.htm).

¹⁷Movimento da Contracultura: movimento originado nos Estados Unidos e repercutido posteriormente nos demais países, que tinha por objetivo contestar a ordem dominante vigente, em que o modo de produção capitalista, baseado na exploração da mais-valia, na divisão de classes e na concentração de renda, influenciava a cultura, a economia e a política (SANTOS, 2008).

desordenado e acelerado. Como sugestão para uma possível solução, os intelectuais apontaram o “Crescimento Zero”, ou seja, estagnar o crescimento econômico e populacional, como única medida para conter as seqüelas do modo de produção vigente.

A década de 1970 foi o auge do ativismo ambiental na Europa, principalmente em razão da Conferência de Estocolmo em 1972, pois, foi a primeira vez que as questões políticas, sociais e econômicas globais, relativas ao meio ambiente foram discutidas num fórum intergovernamental. Tal conferência reuniu 113 países e que se pautou nas discussões relativas aos problemas ambientais, ao crescimento populacional e a pobreza, além de sugerir “[...]metas ambientais e sociais, com ênfase nos países em desenvolvimento”. (SANTOS, 2008, p.37). Foi a partir dela que políticas relevantes de proteção ambiental em nível mundial foram instauradas, como por exemplo, o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), também conhecida como Comissão de Brundtland¹⁸, criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 1993. Nesse período a questão do meio ambiente deixa de ser vista como algo restrito ao ambiente natural e é vislumbrada como uma característica vinculada a problemas sociais, econômicos e políticos. Houve também um crescimento de organizações governamentais, não-governamentais e associações civis vinculadas ao ambientalismo que se dividiram em duas vertentes. Segundo Santos (2008), a primeira vertente era uma minoria que tendia às visões catastróficas e propunha o cessar do crescimento econômico e populacional (“Crescimento Zero”), baseado nas constatações do relatório Limites do Crescimento para conter as conseqüências da degradação ambiental; e a segunda vertente, composta pela grande maioria, pautava-se na proteção ambiental via legislações, para frear os problemas ambientais advindos do sistema capitalista.

Em 1980, o termo *ecodesenvolvimento*, criado por Maurice Strong e ampliado

¹⁸ Segundo Santos (2008, p.39), o nome da Comissão foi em homenagem a primeira mulher a chefiar a Noruega, Gro Brundtland, foi ela precursora do conceito de sustentabilidade e a primeira médica que dirigiu a OMS –

posteriormente por Ignacy Sachs, em 1973, para designar um crescimento baseado em características culturais e ecológicas de cada região, é propagado, atingindo os mais variados países. Em 1987 no Relatório “Nosso Futuro em Comum”, ou Relatório de Brundtland, houve a modificação da terminologia para desenvolvimento sustentável, de modo a definir um novo modelo de produção econômica. Este relatório foi elaborado pela CMMAD e definiu uma responsabilidade à sociedade global, que seria atender as suas necessidades humanas sem comprometer a satisfação das necessidades humanas de gerações posteriores. Até hoje o termo desenvolvimento sustentável é utilizado, contudo, de acordo com Santos (2008 apud SIMON, 2003, p.50) o discurso crítico gerido naquele período, é submetido aos ditames da globalização econômica na atualidade.

Para fomentar ainda mais as discussões ambientais, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil, ocorreu a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento ou a Eco-92, ou ainda a Rio-92, que reuniu 179 países e cerca de cem chefes de Estado. Essa Conferência possuiu uma potencialidade ainda maior na disseminação da consciência ambiental em âmbito de opinião pública, contudo, Santos (2008) afirma que acordos fracos e inexpressivos foram feitos quanto a preservação ambiental. Dentre os acordos realizados citamos: a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁹, a Convenção de Mudanças Climáticas²⁰ e a Agenda 21²¹. É preciso ressaltar que, concomitante a Eco-92, acontecia o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Ambientais para o Meio Ambiente, que tinha a

Organização Mundial de Saúde.

¹⁹Declaração do Rio de Janeiro Sobre o Meio Ambiente: conjunto de princípios para a efetivação do desenvolvimento sustentável, baseado em “novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vista à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar[...]” (Fonte: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/Declaracao_rio92.pdf).

²⁰Convenção de Mudanças Climáticas: estudo sobre a recorrência das mudanças climáticas, em razão da ação humana, e que teve por objetivo a elaboração de um tratado entre as nações para diminuir os principais elementos que acarretam tais mudanças. Para maiores informações recorrer ao Portal do Ministério da Ciência e da Tecnologia em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/49270.html>.

²¹Agenda 21: Santos (2008 apud TEIXEIRA, 2000, p.53) afirma que é um acordo entre a sociedade civil, o mercado e o Estado, de desenvolvimento econômico e social pautado na preservação do meio ambiente, e que objetiva identificar problemas mais urgentes, apropriando-se de recursos necessários para o seu enfrentamento.

intenção de fazer o movimento ‘reflexão-prática’ do conceito desenvolvimento sustentável. De forma sucinta, discutiram “as relações entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, como eixos de convergência de relação entre Estado e Sociedade” (JACOBI, 2003, p.16).

2.2.1 O Movimento Ambientalista no Brasil

De acordo com Santos (2008), as expressões da degradação ambiental no país já começavam a aparecer durante a colonização com a extração excessiva e predatória do pau-brasil, e, mais adiante, com o advento da monocultura da cana-de-acúcar e da pecuária. No século XVII e XVIII outro objeto analítico de degradação ambiental foi a mineração, e no século XIX, o advento da monocultura do café e da borracha. Todos estes exemplos são pautados em características semelhantes: eram propriedades privadas que se sustentavam do trabalho escravo e ocupavam grandes extensões de terra.

Tais manifestações de degradação ambiental permitiram que se iniciasse o processo de manifestações a favor da preservação do meio ambiente. Como relata Gilberto Gil, p. 47-48, na obra *Meio ambiente do Século 21*, a temática ambiental no Brasil começa a ser discutida a partir das últimas décadas do século XVIII, pelo historiador e cientista político José Augusto de Pádua. Surpreendentemente, este autor mapeou as correntes filosóficas que atuaram no país, entre 1786 a 1888, que se propuseram a realizar uma reflexão crítica e consistente sobre a degradação ambiental. De acordo com o referido autor, Pádua reuniu 150 textos, produzidos por mais de 50 autores, que atestaram que “antes de ser um modismo importado ou uma idéia fora do lugar, como querem os mais apressados e superficiais, a discussão ambiental, na verdade, acompanhou a discussão sobre o destino do país desde os tempos coloniais” (GIL, 2003, P.48). Santos (2008) afirma que as primeiras

manifestações identificadas no período colonial são de personalidades como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Baltasar da Silva Lisboa e Francisco Freire Alemão. Do período de 1950 até a metade da década de 1960, Jacobi (2003) verifica algumas iniciativas de grupos conservacionistas clássicos, que recorriam ao cientificismo para defender problemas e políticas ambientais, como a UPAN (União Protetora do Ambiente Natural) criada em 1955; FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) com origem em 1958; e, em 1966, a mobilização da CNNDA (Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia).

Recorrendo a Alonso, Costa e Maciel (2007), há dois tipos de defesa da preservação ambiental, chamados pelos autores de *Frames*²², a defesa conservacionista, que restringe o meio ambiente a aspectos naturais, de visão antropocêntrica, onde a estratégia de intervenção é puramente técnica e de responsabilidade de cientistas naturais; e a defesa ecológica política ou sócio-ambientalista, que articula aspectos sociais com a questão ambiental. No Brasil, ambas as vertentes estiveram presentes no início do século XIX.

Segundo os autores supracitados, os movimentos sociais são definidos como aqueles que surgem quando há mudanças no campo político, possibilitando a organização de mobilizações/reivindicações dos atores sociais. Há três maneiras que promovem esta articulação: 1) Quando as instituições políticas e administrativas acatam as reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises de coalizão dentro do governo; 2) Transformação no estilo de interações políticas entre o Estado e os movimentos sociais; 3) Presença de aliados em potencial, como as micromobilizações, os partidos políticos, as elites dissidentes e a mídia.

Portanto, na década de 1970, o Brasil obtinha todos os elementos necessários para fervilhar os movimentos ambientais, em primeira instância, pelo próprio contexto histórico

²² De acordo com Alonso; Costa; Maciel (2007 apud BENFORD & SNOW, 2000), *frames* são instrumentos cognitivos e guias de ação que permitem aos ativistas questionar uma dada situação ambiental, antes não problemática. Atribui responsabilidade aos grupos ou autoridades por determinadas situações e há a busca por estratégias de alteração.

político vivenciado naquele momento (Ditadura), e em segunda instância, porque o Brasil foi influenciado externamente pela Conferência de Estocolmo, ocorrida 1972. Há que se ressaltar que o país perpassava por um período de ditadura e propagação do desenvolvimentismo, tanto que Jacobi (2003), aponta que o governo brasileiro liderou os países em desenvolvimento quanto a manifestação contra as restrições ambientais, por considerarem que as normas para controlar a destruição do meio ambiente eram parte de uma confabulação dos países desenvolvidos para impedir os planos nacionais de desenvolvimento, já que nesta época pensar o desenvolvimento econômico sem a destruição ambiental era impossível²³. Nos anos seguintes, o Estado, sentindo-se pressionado, tanto externa, como internamente, pelos inúmeros movimentos sociais que afluíam na época, iniciou um processo de abertura política a partir de 1978, reduzindo as restrições aos meios de comunicação e a expressão política e, em 1979, extinguiu o bipartidarismo e concedeu a Anistia²⁴. Desse modo, a abertura política significou o aprazamento da repressão aos movimentos sociais, propiciando a organização de novas articulações, dentre elas a de ativistas ambientais que se aliavam a outros movimentos sociais para buscar sustentação, além do mais as instituições políticas e administrativas acolhiam as problemáticas ambientais da sociedade civil²⁵. Neste período também surgiam os movimentos sociais relativos a redemocratização do país e, em âmbito ativista ambiental, algumas micromobilizações como a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) a MAPE (Movimento Arte e Pensamento Ecológico) e a APPN (Associação Paulista de Proteção Natural)²⁶, aliavam-se ao movimento da

²³ Ressalta-se o crescimento econômico brasileiro, de 10% ao ano naquele período. (JACOBI, 2003, p. 3).

²⁴ Anistia: Ato jurídico, por parte do Estado, representado pelo poder Legislativo, de conceder o perdão às pessoas que cometeram determinado delito contra a ordem pública. (Fonte: <http://www.brasilecola.com/politica/anistia.htm>).

²⁵ Ressalta-se a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, no ano de 1973, como um aparato burocrático-legal ao meio ambiente, fornecendo aos ativistas novos espaços políticos e novas estruturas de mobilização para veicular suas reivindicações. (JACOBI, loc. Cit)

²⁶ A AGAPAN, segundo Santos (2008), foi a primeiro grupo ativista ambiental do Brasil e da América Latina, que surgiu em 1971, quebrando com o paradigma conservacionista, incentivando a promoção da ecologia e questionando “os impactos predatórios da poluição causada pelas indústrias” (JACOBI, 2003, p.6). É importante relembrar que neste mesmo ano surgiu o Greenpeace, órgão não-governamental internacional de ativismo

contracultura, colocando as suas demandas em voga também. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007, p.157), eram os grupos sócio-ambientalistas que associavam os problemas de degradação ambiental as causas políticas e econômicas, implantadas pelo modo de produção. Segundo os autores “tais grupos provocaram importantes alterações no estilo de vida urbano-industrial”.

No entanto, as micromobilizações possuíam algumas dificuldades para transformar-se em um movimento ambientalista uno. Principalmente porque era possível identificar um caráter bissetorial nos grupos ativistas ambientais, pois, de um lado posicionavam-se as agências estatais e de outro as entidades ambientalistas não-governamentais, e, apesar de se constituírem como instituições de denúncia a gravidades ambientais e atuarem na conscientização da população em relação as demandas ambientais postas, elas eram espaço em conflito em razão dos seus divergentes interesses.

Alonso, Costa e Maciel (2007) apontam-nos que existiram três eventos que possibilitaram a superação dos obstáculos supracitados, proporcionando a criação de uma rede, um espaço onde as micromobilizações se conectaram, formularam estratégias de mobilização em conjunto e desenvolveram um *frame* em comum, foram eles: o processo de redemocratização para a elaboração da Constituição Federativa do Brasil, na década de 1980, e a construção da ECO-92. As primeiras coalizões entre grupos ambientalistas ocorreram no final da década de 1970, quando a corrente sócio-ambientalista foi adotada como a única capaz de responder as demandas relativas a questão ambiental. Assim, grupos autônomos se associavam formando redes de ativismo ambiental que criticavam o modelo desenvolvimentista adotado pelo regime autoritário do país, culpabilizando-o pelas

ambiental, conhecido globalmente. A MAPE, criada em 1973 “criticava a degradação causada pela expansão da sociedade de consumo”, através de expressões artísticas. Já a APPN, originada em 1976, reuniu pequenos empresários e profissionais liberais, que contestavam as obras governamentais em áreas residenciais, afirmando que o modelo desenvolvimentista brasileiro era a grande causa dos impactos ambientais verificados (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p 159).

problemáticas ambientais²⁷. Segundo os autores, p. 159, “estas mobilizações tanto motivaram a formação de novas associações ambientais, quando suscitaram um debate em torno do novo formato organizacional para coalizão emergente”.

Nos anos de 1980 os grupos ambientalistas começaram a se profissionalizar e passaram a utilizar o conhecimento teórico e técnico-científico para sustentar as suas defesas, se transformando em novos atores sociais no cenário político-ambiental. Nesse período a necessidade de unificação entre os grupos ambientalistas se tornou mais urgente, principalmente por causa da elaboração da Constituição Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Dessa forma, dois espaços para a discussão e elaboração de medidas protetivas ao meio ambiente foram abertos, o primeiro através da representatividade de um partido e o segundo através da consulta popular.

A forma como se deu o caráter político partidário da temática ambiental, além de ganhar destaque, foi democrática e de grande avanço para o país. Alonso, Costa e Maciel (2007) comentam que a estrutura descentralizada do processo constituinte permitiu que fossem criadas subcomissões de diversificados assuntos, inclusive sobre a questão ambiental, que poderiam ser expressas tanto por ações da própria população, como sob a representação política. A reunião de ativistas de pequenas organizações acarretou numa coalizão, liderada pelo Coletivo Verde, em agosto de 1986, que permitiu a criação do PV – Partido Verde e, pela primeira vez, houve a possibilidade de lançar candidaturas próprias, referentes a defesa da questão ambiental.

Com a partição popular nas decisões referentes a questão ambiental e o aparato político do referido partido, foram instauradas leis que deram suporte a preservação do meio ambiente no país. A primeira formatação legal de preservação ao meio ambiente foi a Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938/81. Posteriormente, para realizar o efetivo

²⁷Cita-se a união da AGAPAN, da APPN e da MAPE na Campanha de Defesa da Amazônia, em 1978. A Campanha se direcionou à defesa dos recursos naturais expropriados naquele local. (ALONSO et al., 2007,

monitoramento das áreas de preservação, foi criado em 1986, o ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico. Por fim, a principal lei exposta na Constituição Federal de 1988, afirmando que

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

É importante ressaltar o que Araújo (2005) afirma sobre a inauguração das políticas sociais no Brasil, criticando a demora do país no despertar da consciência ambiental. Segundo o autor, um país, cujos cidadãos têm consciência das belezas naturais existentes, demorou 450 anos para criar a primeira política ambiental com o intuito de desacelerar o processo de destruição dos recursos naturais.

A partir da década de 90, a questão ambiental tornou-se um dos maiores riscos de instabilidade na nova ordem mundial. Desta forma, em 1992, foi promovida a II Conferência Mundial do Meio Ambiente, ocorrida no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecida popularmente como a ECO-92, ou Rio 92, e reuniu mais de cem Estados-Nações, representados por políticos e especialistas do meio ambiente que discutiram a alarmante problemática. Nesta ocasião propiciou um número ainda maior de movimentos ambientais em busca de discutir soluções plausíveis para o enfrentamento da questão ambiental, explicitada na organização do Fórum de ONGs Brasileiras e Movimentos Sociais, uma preparatória para as discussões da *Conferência da Sociedade Civil sobre o Meio ambiente*, que ocorreu simultaneamente a Eco-92, cuja temática se desvencilhou sob as formas de um novo padrão de desenvolvimento sustentável. Jacobi (2003) nos relata que os anos de 1990 se constituíram

como um processo de expansão dos movimentos sociais e ambientais, numa perspectiva ampliada de atuação, cujo esforço tendia a planejar um diálogo entre atores sociais. A questão do ambientalismo nesse período está relacionada a implantação de

[...]uma cidadania para desiguais, à ênfase de direitos, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação sócio-ambiental, notadamente nos centros urbanos, e a necessidade de ampliar a assimilação pela sociedade de esforços práticas centradas na sustentabilidade. (JACOBI, 2003, p.31)

Para concluir, no século XXI, uma das características mais valiosas do movimento ambientalista brasileiro é a disseminação de diferentes tipos de organizações em defesa do meio ambiente. Recorrendo ao que afirmou Scherer-Warren (1999, p.67), “os movimentos ecologistas criaram formas de fazer política e de produzir valores culturais”, expressos na formação de várias categorias de organizações sociais²⁸. Outro fator de suma importância para a conscientização do ambientalismo no país são as redes de informação, representadas principalmente pela mídia, que acabou transformando problemas ambientais particulares numa problemática nacional ou internacional, através da universalização do acesso a informação. De acordo com Araújo (2005), no contexto histórico-social atual, podemos

²⁸ Segundo a autora (p.69-71), os movimentos sociais podem ser divididos em cinco categorias: 1) ONG's – Organizações Não Governamentais: são instituições público-privadas, sem fins lucrativos e se sustentam humana e financeiramente através do trabalho dos voluntários. Possuem atuação em escala local, nacional e global, independente do seu grau de atuação na sociedade e “tendem a fazer articulações políticas e programáticas translocais e transnacionais”. Por exemplo, a ONG Greenpeace, reconhecida internacionalmente; 2) OIG's – Organizações Intergovernamentais: surgem a partir de acordos formais entre Estados-Nações, mas estão aptos à participação da sociedade civil. Para melhor exemplificar, citamos a ONU – Organização das Nações Unidas, para melhor exemplificar; 3) MEC – Movimentos Ecologistas Comunitários: são organizações sociais de determinado local que se unificam para o enfrentamento de uma questão sócio-ambiental. Vários exemplos podem ser colocados, dentre eles o Movimento dos Seringueiros da Amazônia e a ONG ÓRBITA – Organização Regional da Bacia do Itacorubi, em Florianópolis/SC; 4) MEN's – Movimentos Ecológicos Nacionais: são articulações entre movimentos ambientais e entre cidadãos de todo o país, que se unem para uma atuação em escala nacional. Por exemplo, o Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais, em 1992.; MET's – Movimentos Ecológicos Transnacionais: são redes transnacionais “que se mobilizam como força de pressão quando há uma tragédia ou problemas ambientais que requerem ações imediatas, ou por ocasião das mobilizações em torno das Conferências Internacionais”. Como exemplo, podemos citar a manifestação das

caracterizar hoje dois tipos de movimento ambiental: o primeiro é chamado de Pró-ativo, que busca estruturar ações concomitantes com o Estado, com vistas a melhoria nas condições de vida do ser humano e a favor da justiça ambiental; o segundo movimento é o Reativo, que tende a buscar soluções imediatas, pautadas sob o dito desenvolvimento sustentável, “sem contudo questionar a dinâmica social, vigente da estrutura capitalista”(ARAÚJO, 2005, p.189). Assim sendo, os movimentos reativos acabam por reproduzir a própria dinâmica capitalista, que tem por única intenção dar continuidade as medidas de regulação das práticas econômicas.

Considera-se que os sujeitos dos movimentos pró-ativos são codificados por aqueles sujeitos que buscam analisar o contexto do entorno e que se engajam em lutas sociais, reivindicando melhores condições de vida e uma real e verdadeira transformação social. Já os sujeitos dos movimentos reativos são aqueles que, ao contrário dos pró-ativos, fragmentam as ações sócio-ambientais, propondo medidas pontuais, baseadas em alardes ‘*ecocatastróficos*’.

Ora, qualquer movimento de ativismo ambiental que não possua um conhecimento reflexivo-crítico do sistema capitalista, tornar-se-á obsoleto. Recorrendo a Araújo (2005, p.194),

[...]o movimento radical ambientalista deve conceber e implementar projetos de redistribuição de recursos como condições para dirimir as injustiças sociais e a internacionalização da consciência dos limites que essa representa numa sociedade com o nível de complexidade atual.

Dessa forma é possível entender a importância de fazer menção a questão ambiental, quando elencamos as diversas facetas sociais que a sociedade vivencia. A

consciência de que social, cultural, econômico, político e ambiental se imbricam não só possibilita e dá condições para o enfrentamento da questão ambiental, como permitem a transformação social, pautada na modificação da cultura, hoje hegemonicamente burguesa. Se reduzirmos a questão do meio ambiente a uma análise fragmentada podemos renovar “o perigo já enunciado de sermos levados a elaborar uma cadeia causal que, no caso do planejamento tópico, pode levar ao absurdo de fazer com que, na produção do conhecimento, o efeito apareça precedendo a causa”(SANTOS, Milton, 2006).

Neste sentido é possível demonstrar que o debate sobre a questão ambiental perdura há mais de cem anos. Entretanto a temática ganhou uma visibilidade maior na atualidade, em razão da consciência de parte da sociedade civil mundial sobre o esgotamento dos recursos naturais, advindos do potencial destrutivo dos meios de apropriação de recursos necessários a sobrevivência humana. Com a divulgação nos veículos de comunicação sobre as alarmantes catástrofes ambientais, que afetariam toda a população mundial, o discurso ambiental se reconfigurou

[...] e grupos, movimentos e movimentações ambientalistas se espalharam por todos os cantos do mundo, fazendo a sua crítica cultural de um modelo de civilização baseado no avanço tecnológico sem freios, na exploração inexorável dos recursos naturais, na destruição ecossistêmica, no consumismo desenfreado. (GIL, 2003, p.50)

De fato, a emergência da discussão sobre a questão ambiental tornou-se um aspecto positivo para modificar nossos comportamentos. No entanto, embora seja verificado um crescente debate sobre a questão do meio ambiente nos mais variados espaços da sociedade civil, é necessário que verifiquemos sob que perspectiva a questão ambiental vem sendo discutida, se de modo conservacionista, superficial e catastrófico, ou se preza realmente os postulados de vínculo entre social, econômico e ambiental para o combate da degradação

ambiental, tão comumente disseminado por grande parte das organizações civis ambientalistas. E, haja vista que, apesar de não obtermos dados estatísticos a respeito, o que se apresentam diariamente nos veículos de comunicação são notícias alarmistas, que tratam as conseqüências da degradação ambiental limitando-se a considerar somente o ambiente natural como parte do meio ambiente.

O surgimento de legislações e acordos como aparato a proteção dos recursos naturais também se constituíram um grande avanço para a modificação do comportamento humano, mas, ainda assim, são medidas inócuas, já que não têm se efetivado ou não há o cumprimento por parte das autoridades legais, responsáveis pela fiscalização, ou pelo cumprimento dos acordos.

Nesse sentido, o Serviço Social deve estar atento as demandas ambientais que vão sendo colocadas conforme as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas no decorrer do tempo. Ainda, os profissionais de Serviço Social devem atuar junto a população, nas suas mais variadas organizações, objetivando uma ação pró-ativa e, principalmente, consolidar a educação ambiental como uma ação profissional, com a seguinte ressalva: que esta educação ultrapasse o viés conservacionista que marca muito das proposições apresentadas pelos autores por nós analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de uma discussão densa e nova para o Serviço Social, onde constatamos que os profissionais de serviço social pouco têm concentrado sua atenção, como verificado nesta monografia, tendo em vista que dos 5.407 trabalhos apresentados nos ENPESS e CBAS, ao longo de 2000-2008, apenas 78 textos tinham como tema a questão ambiental.

De modo geral, das produções possíveis de serem analisadas nos dois eventos, 24 se caracterizaram como pesquisas de campo, 20 identificamos como reflexões teóricas e 15 consideramos como relatos de experiência profissional.

Percebemos ainda que nos CBAS a temática ambiental foi melhor explorada, seja em termos de se compreender a questão ambiental intrínseca à vida social, seja na possibilidade de compreender como os profissionais de Serviço Social lidam e agem com essa demanda. No entanto, permaneceu com a mesma porcentagem total de trabalhos sobre a questão ambiental (1%), assim como no ENPESS.

Também foi possível constatar que, apesar dos trabalhos destacarem o vínculo entre o social, o ambiental, o econômico e o cultural, afirmando que o ambiental não se limita só ao ambiente natural, e atestando ser o desenvolvimento do modelo capitalista o principal fator desencadeador do aumento das más condições de vida, o caráter conservacionista, ou seja, aquele que se limita a compreender a questão ambiental a um âmbito estritamente natural, permanece nas propostas de ação profissional. Constatamos que os autores que defendem a educação ambiental norteando o fazer profissional, o limitaram ao trato da coleta seletiva, à preservação dos recursos hídricos, ao modelo de agricultura, e outros traços marcantes desta visão conservacionista.

Há que se ressaltar a emergência da questão do meio ambiente no Norte e Nordeste brasileiro, explícito no número de produções²⁹ advindas daquela região nos dois eventos aqui contemplados³⁰.

E, como ultimo destaque, a proposta trazida pelos autores para a o enfrentamento da questão ambiental, diz respeito a um agir profissional pautado na educação ambiental, visando o exercício da cidadania e o empoderamento dos sujeitos envolvidos (principalmente no último CBAS isto se destacou).

Entretanto, para que isso ocorra é necessário que: (1) primeiramente, a categoria profissional incorpore os aspectos ambientais à questão social, pois somente dessa forma o assistente social será capaz de se reconhecer como um profissional instrumentalizado para a ação profissional; (2) posteriormente utilize da educação ambiental para formar sujeitos que compreendam que as relações sociais no sistema neoliberal são pautadas no interesse econômico, portanto o capitalismo não objetiva a eliminação das contradições sociais (entendendo essa como as desigualdades sociais, a deteriorização dos recursos naturais, a ausência de políticas públicas, etc). E ainda, (3) forme sujeitos que entendam o vínculo entre o social, o econômico, o ambiental e o cultural, e que não compartimentalizem nenhum desses elementos, para que a ação visando a superação da questão social abranja com profundidade esses diferentes extratos.

Somente através da educação ambiental emancipadora, que desvele de modo crítico as relações de exploração do capital humano e natural, que compreenda que os agravantes ambientais são parte constitutiva das relações sociais construídas pelos homens na vida em sociedade, é que seremos capazes de efetivar propostas que corroborem para a transformação societária em que acreditamos.

²⁹ Num total de 31 produções textuais inseridas no CBAS e ENPESS originadas naqueles estados. (grifo nosso)

³⁰ Pressupomos que a razão disso seja os programas de Pós Graduação, em especial o da UFPE, que têm a temática do meio ambiente como linha central. Entretanto, é algo que deve ser mais profundamente pesquisado. (grifo nosso).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Flávia Florêncio de, et al. A Percepção do Catador de Lixo sobre o seu Trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, X, 2006, Recife. **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Recife: ABEPSS, 2006. CD-ROM.
- ALMEIDA, Delma Rosa, et. al. Estudo Sócio-Ambiental para a Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROOM.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. **Identidade e Estratégia no Movimento Ambientalista Brasileiro**. [S.l.] : Novos Estudos Ceprap, nº79, novembro 2007. p. 151-167. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/08.pdf>>. Acesso em : 02/04/09.
- ANDRADE, Leandro Amaral. Crimes Ambientais. In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande: Revista Âmbito Jurídico. 2004. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4994#_ftnref3>. Acesso em 23/03/2009.
- ANDRIOLI, Antonio Inácio. A atualidade de Marx para o debate ambiental. In: ANAIS DO 5º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 2007, Campinas. **Anais do 5º Colóquio Internacional Marx Engels**. Campinas: UNICAMP, novembro, 2007. Disponível <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio_Andrioli.pdf>.
- ARAÚJO, Paulo Ricardo da Rocha. Novos cenários das políticas públicas na questão ambiental: os entornos eco-sócio-territoriais. In: **Civitas- Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre: Civitas, v.5, n.1, jan/julho 2005. p.185-196. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/40/1612>>. Acesso em: 25/10/08.
- ARAÚJO, Régia Cristina Barbosa de. Questão Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dentro da Lógica Capitalista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.
- AS Cruzadas. In: **Sua pesquisa**. [S.l.] : Sua Pesquisa, 2005. Disponível em:

<<http://www.suapesquisa.com/historia/cruzadas/>>. Acesso em 17/11/08.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; LIMA, Rosa Maria Lima Cortez de. Vulnerabilidade e Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VII, 2000, Brasília. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000. 4 v. 213-220.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito, et al. A Escassez de Recurso Hídrico e a Prática Educativa do Serviço Social: Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental no Vale do Moxotó no Nordeste do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VII, 2000, Brasília. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000. p.5-6.

ATAÍDE, Soraya Gama de. Saúde e Meio Ambiente: as diferentes concepções sobre o meio ambiente na sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

BARROS, Adriana Lima et al. Educação Sanitária e Ambiental no Semi-árido do Piauí : uma ação do Serviço Social gerando saúde e cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

BASTOS, Kátia Rachel Pedroso. Das lamentações à realização de um sonho? Educação Ambiental e mudanças sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. **XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Fortaleza: CFESS, 2004. CD-ROM.

BASTOS, Valéria Pereira. Na Rota do Lixo: da casa ao catador o primeiro trajeto da cadeia industrial de reciclagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

BELO, Amanda Silva; LIMA, Juliana Iecker. A Posição do Brasil Frente às Discussões Internacionais sobre o Meio Ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/52 a 56/2006 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006. 448 p.

BRESSAN, Claudete Marlene Fries. Serviço Social e Meio Ambiente: um diálogo em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

BRÜGGUER, Paula. Introdução às Ciências Ambientais. In: **Livro didático desenvolvido para Curso de Especialização em Recursos Hídricos em Áreas Urbanas**. Universidade Federal de Santa Catarina – FUNIBER/CNPq/CTHidro/MCT. Florianópolis: 2004. 100 p.

BRUNO, Elizabeth Pentagna; FRANCO, Odila Velásquez; FIGUEIREDO, Vera Lúcia de. Mobilização Comunitária e Educação em Saúde Pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

CARVALHO, Clarissa Andrade; SANTOS, Vânia Carvalho. Cuidando do Meio Ambiente, Sustentando Vidas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. **XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Fortaleza: ABEPSS, 2004. CD-ROM.

CASTRO, Carla Yara Soares de Figueiredo. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Serviço Social: uma articulação necessária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. **XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Fortaleza: ABEPSS, 2004. CD-ROM.

CESCONETO, Eugênia Aparecida; Vandenêia Bourckhardt. Política Ambiental e Serviço de Limpeza Pública Urbana no Município de Toleno/PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM

CHAVES, Maria do Socorro Rodrigues, et al. Serviço Social e Meio Ambiente: aliança entre saberes técnico-científicos e tradicionais na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

CHINCHILLA, Marcos. Gestión Medio Ambiental e Participación Social: la politica social construida desde las comunidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM

Encontro. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

COLITO, Maria Clementina Espiller; PAGANI, Ângela Maria de Melo. Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina: Serviço Social em Revista, v.1, n.2, jan/julho 1999. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_conversando.htm>. Acesso em: 27/10/08.

COSTA, Maria Amélia Rickli; SILVA, Renata Mendes Ribeiro. O Serviço Social e as Relações de Pobreza e Meio Ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro.** Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

CUNHA, Aurinéia Maria. A cidade de Fortaleza: não me comovem o nascer ou por do sol, mas a cidade, com os seus habitantes sim. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VIII, 2002, Juiz de Fora. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. CD-ROM.

DUARTE, Moacyr. In: Meio Ambiente do Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. **O Problema do Risco Tecnológico Ambiental.** Coordenação André Trigueiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.245-257.

FERNANDES, Lenise Lima. Política Urbana e Democratização do Direito à Cidade: desafios postos pela contribuição das favelas à produção no espaço do Rio de Janeiro (Anos 90). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VIII, 2002, Juiz de Fora. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. CD-ROM.

FERREIRA, Zilma Aparecida da Silva. Amazônia: cupidez internacional e biopirataria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro.** Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. In: **Revista Outubro.** [S.l.] : Revista Outubro, 5ª ed., outubro 2008. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_08.pdf>. Acesso em: 02/04/08.

GENTILLI, Raquel de Mattos Lopes. Serviço Social e Intervenções Urbanas: Uma Experiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VIII, 2002, Juiz de Fora. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. CD-ROM.

GIL, Gilberto. In: Meio Ambiente do Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. **Algumas Notas sobre Cultura e Ambiente.** Coordenação

André Trigueiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.45-57.

GÓMES, José Andrés Domingues; AGUADO, Octávio Vasquez; PÉREZ, Alejandro Gaona.(orgs.). **Serviço Social e Meio Ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Revisão técnica de Marcos Reigota. 2ªed. São Paulo: Cortez., 2007.134 p.

GOMES, Odília Maria Carvalho; ALMEIDA, Telma Mônica R. de. Viver Melhor – Uma Semente? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

GREENPEACE. O que é um transgênico? In: **Perguntas e Respostas**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/transgenicos/perguntas-e-respostas2>>. Acesso: 23/03/09.

GUERRA, Iolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº91. São Paulo: Cortez, 2004. p. 5-33.

HIRAI, Wanda Grien. A Produção de Conhecimento em Serviço Social Enfocando a Agroecologia como um Paradigma na Construção da Segurança Alimentar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2ªed. Ano 2, n. 3(jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

IRIGALBA, Ana Carmem. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: **Serviço Social e meio Ambiente**. DOMINGUES, José Andrés; AGUADO, Octávio Váquez; PÉREZ, Alejandro Gaona, (org.); tradução de LEITE, Silvana Cabucci; Revisão técnica de Marcos Reigota. – 2ª ed. – São Paulo, Cortez, 2007.p.11-26.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: **Ribeiro, W. (org.)**. São Paulo: Patrimônio Ambiental – EDUSP, 2003. p.01-34. Disponível em : <http://www.teia.fe.usp.br/Biblio02/prjacobi--movimento_ambientalista-brasil.pdf>. Acesso em: 02/04/09.

LÉLIS, Camila F. M.; DANCINI; Eliana Amábile; TEIXEIRA, Gabriela Emy. Meio Ambiente e Educação Ambiental: uma articulação possível entre serviço social e ecologia Complexa. . In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

LOEBLIN, Elaine Lucio. A Participação da Mulher na Agricultura Familiar Sustentável: um estudo de caso no Grupo Nova Aliança em Mirante da Serra/RO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

MAIA, Rosemere. O Paraíso é Aqui? - Impasses e Perspectivas de um Bairro Nascido sob a Égide da Exclusividade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VII, 2000, Brasília. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000. 4 v. 288-295.

MATTOS, Regina Coeli Clímaco, et al. Situação Econômica e Socioambiental no Processo De Extração de Pedras Ornamentais em Pirenópolis/Goiás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. **XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Fortaleza: ABEPSS, 2004. CD-ROM.

MELO, Maria José Campos Moura. Significado do Movimento Social Urbano com Viés Ambientalista junto à Organização de Bairro de Belém. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

MENEZES, Valéria Maia Lobo. A Inserção da Questão Ambiental na Prática do Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

MIRANDA, Isabelle Heitor de, et. al. A Percepção Ambiental do Catador de Lixo sobre seu Trabalho na Reciclagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, X, 2006, Recife. **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Recife: ABEPSS, 2006. CD-ROM.

MIZIARA, Fausto; VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves. A Inclusão Social dos Catadores (ISC): um Indicador da avaliação integrada de resíduos sólidos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

MODESTO, Ana Paula; RIBEIRO, Mara Rejane Alves Nunes. Vila de Pescadores: educação ambiental x áreas de produção de óleo e gás. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

MOTA, Margarida Maria de Almeida; DINIZ, Maria Ramos de Godoi. Os Recursos Naturais Face a uma Nova Consciência Ambiental : o caso da região sul da cidade de São Paulo. In:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VII, 2000, Brasília. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000. 4 v. p.304-312.

HUBERMAN, Leo. In: História da Riqueza do Homem. **Revolução: na indústria, agricultura, transporte**. Tradução de Waltensir Dutra. 18ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 183-186.

_____. In: História da Riqueza do Homem. **Desistirão eles do açúcar?** Tradução de Waltensir Dutra. 18ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 183-186.

PEREIRA, Claudinízia de Oliveira. Políticas Públicas Ambientais no Brasil: possibilidades e limites históricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

PEREIRA, Lúcia Monica Menezes. Assistentes Sociais e Meio Ambiente: um espaço social de trabalho possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

PIMENTEL, Edilene. Destruição e Devastação do Meio Ambiente no Capitalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

QUESTÃO ambiental na nova ordem mundial. In: **Controvérsia (Blog)**. 2008. Disponível em: <<http://blog.controversia.com.br/2008/02/25/questao-ambiental-da-nova-ordem-mundial/>>. Acesso em: 26/10/08.

REIGOTA, Marcos. Prefácio. In: **Serviço Social e Meio Ambiente**. GÓMES, José Andrés Domingues; AGUADO, Octávio Vasquez; PÉREZ, Alejandro Gaona.(orgs.).Tradução de Silvana Cobucci Leite; Revisão técnica de Marcos Reigota. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2007. p.7-10.

REIS, Maria Alice dos Santos; LOPEZ, Morcila Corado; REIS, Rosilene Maria de Cássia Maciel. Educação Ambiental e Mobilização Social como Principais Ferramentas na Criação dos Fóruns Municipais Lixo & Cidadania no Estado de Tocantins. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

RIBEIRO, Matilde. Meio Ambiente, Gênero e Raça: novas e velhas faces da Sustentabilidade.

In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

RISSE, Herta Heloá; SOSTER, Rubia Lara Breda. Uma Proposta Ambiental no Programa Saúde da Família – Psf. . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XI, 2004, Fortaleza. **XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Fortaleza: ABEPSS, 2004. CD-ROM.

ROCHA, Solange Fernandes. Organização e Lutas dos Catadores de Papel de Curitiba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VIII, 2002, Juiz de Fora. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. CD-ROM.

RODRIGUES, Olinda. Os movimentos sociais rurais do município de Barbacena: desafios para um projeto de assessoria. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VIII, 2002, Juiz de Fora. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. CD-ROM.

RODRIGUES, Débora Cristina B. A Relação Homem-Natureza nas Formas de Uso e Propriedade da Terra na Amazônia: um estudo baseado nas comunidades do assentamento Iporá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

ROESLER, Marli Renate von Borstel. Agenda 21 Brasileira: estratégias para a Sustentabilidade. .In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, IX, 2004, Porto Alegre. **IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. CD-ROM.

SÁ, Maria Elvira Rocha de. A cidade e o Processo de Segregação Espacial em Angra dos Reis. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VII, 2000, Brasília. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2000. 4 v. 296-305.

SÁ, Maria Euvira S. de; SOUZA, Maria José Barbosa de. Intervenção Urbanística da Prefeitura Municipal de Belém nas Áreas de Riacho Doce e Pantanal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, VIII, 2002, Juiz de Fora. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. CD-ROM.

SANTOS, Irenilda Ângela. Água e Sustentabilidade Ambiental no Semi-árido Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X**

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

SANTOS, Laura Rubia dos, et al. A Catação de Recicláveis e a Questão Social: um estudo desenvolvido junto à Associação de Catadores de Recicláveis(ACR) em Manaus/AM. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XII, 2007, Foz do Iguaçu. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro.** Foz do Iguaçu: CFESS, 2007. CD-ROM.

SANTOS, Juliana Vamerlati. O mundo em defesa da água, do ar, do solo e da mata. In: **Um olhar sócio-ambiental da história:** a trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no Sul de Santa Catarina. 34-50p. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em História, 2008.

SANTOS, Maria Margareth B, et al. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, IX, 2004, Porto Alegre. **IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Porto Alegre: ABEPSS, 2004. CD-ROOM.

SANTOS, Milton. A Questão do Meio Ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva interdisciplinar. In: **Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.** São Paulo: Senac, 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=1&cod_artigo=12>. Acesso em: 17/03/09.

SANTOS, Raquel dos. Serviço Social e Meio Ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, X, 2006, Recife. **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Recife: ABEPSS, 2006. CD-ROOM.

SAWAIA, Bader Burihan. Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade. In: **Participação e Sujetividade.** São Paulo: EDUC – Editora da PUC –SP, 2001, p.115-134.

SCHERER- WARREN, Ilse. Redes ecologistas conectando o local e o global. In: **Cidadania sem Fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p.67-75.

SGARBI, Plínio. **Laissez-Faire.** [S.l.] : Recanto das Letras, 2007. Disponível em : <<http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/741674>>. Acesso: 17/11/08.

SILVA, Amanda Roberta Souza da, et al. Os Problemas Sócio-ambientais Enfrentados pelos

Pescadores de Ilhéus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

SILVA, Andréa Lima da. Os Limites da Sustentabilidade Ambiental no Território Degradado da Carnicicultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, X, 2006, Recife. **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Recife: ABEPSS, 2006. CD-ROM.

_____. A Degradação Sócio-ambiental da Cidade de Natal: o olhar de uma assistente social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

_____. Os Paradoxos da Educação Ambiental: notas reflexivas para o debate. . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

SILVA, Tatiane Pereira da; LACERDA, Geana Luzia; MARTINS, Dirleia. O Serviço Social e o Direito Ambiental: uma nova realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

_____. O Pensamento Ambientalista Romântico e as Populações Tradicionais: notas críticas para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

SOUZA, Adriana das Neves Guedes de. Responsabilidade Sócio-ambiental Empresarial no Cabo de Santo Agostinho. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM

STEFFENS, Edilaura Ana. **Reflexões sobre a experiência do Serviço Social em ações sócio-ambientais**. Disponível em:

<<http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CAD7008%20-%20unicamp.2006.doc>>. Acesso: 27/10/08.

_____. **Capitalismo e Crise Ambiental: uma nova questão para o serviço social**. 2006/2. 61p. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Sócio-Econômico: Florianópolis, 2006/2.

OLIVEIRA, Ana Carla Barreto de. A Intervenção do Serviço Social na Temática Ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, X, 2006, Recife. **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Recife: ABEPSS, 2006. CD-ROM.

VIEIRA, Aliciane de Almeida. A Questão Sócio-ambiental na Contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XI, 2008, São Luis. **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. São Luis: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves. Educação Ambiental: uma proposta de participação comunitária junto aos programas de desenvolvimento urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, X, 2001, Rio de Janeiro. **X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Encontro**. Rio de Janeiro: CFESS, 2001. CD-ROM.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no VII ENPESS

TABELA 3 – Dados Quantitativos do VII ENPESS

Local	Data	Tema	Eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente
Brasília/DF	21 à 24 de novembro de 2000	"O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania"	Criança e Adolescente	31	--
			Cultura, Identidade e Políticas Sociais	26	--
			Gênero	23	--
			Política Social, Previdência e Assistência Social	38	--
			Processo de Trabalho e Serviço Social	13	--
			Questão Agrária e Questão Urbana	19	4
			Saúde	40	--
			Serviço Social e Formação Profissional	18	--
		Transformação no Mundo do Trabalho	22	--	
Total de Trabalhos				230	4

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

APÊNDICE B – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no VIII ENPESS

TABELA 4 – Dados Quantitativos do VIII ENPESS

Local	Data	Tema	Eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente
Juiz de Fora / MG	19 à 22 de novembro de 2002	"A ação dos sujeitos políticos na conjuntura brasileira hoje"	Assistência: Programa, Conteúdos e Sujeitos	20	--
			Estado, Democracia e Controle Social	41	--
			Iniciação Científica	118	--
			Infância e Adolescência: Política e Sujeitos	43	--
			Mundo do Trabalho	39	--
			Questões de Gênero e Opção Sexual	22	--
			Saúde: Políticas, Práticas institucionais e Usuários	36	--
			Trabalho e Formação do Assistente Social	38	--
			Urbano e Rural: Movimentos Sociais e Intervenções	17	6
			Resumo de Teses e Dissertações	53	--
Total de Trabalhos			427	6	

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

APÊNDICE C – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no IX ENPESS

TABELA 5 – Dados Quantitativos do IX ENPESS

Local	Data	Tema	Eixos	Sub-eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente		
Porto Alegre/RS	30 de novembro à 03 de dezembro de 2004	"Os desafios da produção de conhecimento em Serviço Social: pesquisar o quê? Para quê? E Como?"	I. Formação Profissional:	A. Fundamentos dos serviços sociais	1.1 História, Teoria e Método	14	--	
					1.2 Ética em Serviço Social	11	--	
					1.3. Serviço Social, Trabalho e Reprodução Social	20	--	
					1.4. Serviço Social e Questão Social	9	--	
					1.5 Serviço Social, Direitos e Cidadania	11	--	
				B Estado da arte	1.6 Implantação e Implementação das diretrizes curriculares (currículos, disciplinas, estágio, supervisão, diretrizes, conteúdos curriculares)	22	--	
					1.7 Pesquisa e Produção de Conhecimento	13	--	
					1.8 Estágio Supervisionado	11	--	
					1.9 Implantação e Implementação da Pós-Graduação	5	--	
				II. Articulação entre Formação e Exercício Profissional:	A) Serviço Social, Política Social, Estado e Sociedade	2.1 Estado e Sociedade	32	--
						2.2 Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência)	68	--
						2.3 Política Social (Educação, Habitação, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Questão Rural - Urbana, Drogas e Dependência Química, Segurança Pública)	80	10
						2.4 Política Social (Criança e Adolescente, Pessoas Portadoras de Deficiência, Idoso, Etnia e Gênero)	72	--
						2.5 Família e Sistema de Proteção Social	15	--
						2.6 Movimentos Sociais, Organização da Sociedade e Cidadania	42	--
						2.7 Violência e Cidadania	16	--
						2.8 Planejamento e Avaliação Política	13	--
						2.9 Espaços Sócio-ocupacionais	7	--

(continua)

(continuação).

Local	Data	Tema	Eixos	Sub-eixos		Nº de Trabalhos	Meio Ambiente		
Porto Alegre/RS	30 de novembro à 03 de dezembro de 2004	"Os desafios da produção de conhecimento em Serviço Social: pesquisar o quê? Para quê? E Como?"	II. Articulação entre Formação e Exercício Profissional :	B) Intervenção Profissional - Fundamentos Ético-políticos, Teórico-metodológicos e Instrumental Técnico-operativo	2.10 Processos Sócio-assistenciais (Sócio-educacionais, Periciais e Emergenciais)	21	--		
					2.11 Gestão e Avaliação de Programas, Projetos e Serviços Sociais (Assessoria, Consultoria, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Orçamentária, Gestão de Serviços)	22	--		
					2.12 Processo Político-organizativo da sociedade civil (Consultoria e Assessoria à Organização da Sociedade Civil, Mobilização e Articulação Comunitária)	9	--		
					2.13 Exercício Profissional e Pesquisa	24	--		
			III. Educação Continuada	3.1 Implementação de Programas de Educação Continuada	2	--			
				-- 3.2 Sistema de Inovação de Educação Continuada	--	--			
				3.3 Perfil da Demanda na Área de Serviço Social para a Educação Continuada	1	--			
			Total de Trabalhos					540	10

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

APÊNDICE D – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no X ENPESS

TABELA 6 – Dados Quantitativos do X ENPESS

Local	Data	Tema	Eixos	Sub-eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente
Recife/PE	03 à 08 de dezembro de 2006	"Crise contemporânea, emancipação política e emancipação humana"	Fundamentos do Serviço Social	Ética e Serviço Social	6	--
				Projeto ético-político	12	--
				Pesquisa em Serviço Social	8	--
				Fundamentos Histórico- Metodológicos	22	--
			Formação Profissional e o Trabalho Interventivo do Serviço Social	--	58	--
			Questão Social e Trabalho	Questão Social e trabalho	4	--
				Trabalho e classes sociais	48	--
				Práticas sociais, instituições sociais, lutas e organização	59	--
				Questão Agrária, questão urbana e sócio-ambiental	33	9
				Questões etno-raciais, de gênero e de geração	38	--
				Controle social e participação	26	--
				Estado, direitos e Democracia	23	--
			Política Social	Política Social	6	--
				Planejamento e gestões políticas, programas e projetos sociais	35	--
				Seguridade social e política setorial	82	--
				Desenvolvimento Regional	6	--
Total de Trabalhos					745	--

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

APÊNDICE E – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no XI ENPESS

Tabela 7 – Dados Quantitativos do XI ENPESS

Local	Data	Tema	Eixos	Sub-eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente	
São Luís /MA	01 à 06 de dezembro de 2008	"Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios"	1) Fundamentos do Serviço Social	1.1 Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social	21	--	
				1.2 Pesquisa em Serviço Social	11	--	
				1.3 Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social	20	--	
				1.4 Ética e Serviço Social	2	--	
			2) Formação Profissional e o Processo Interventivo do Serviço Social	2.1 Formação Profissional em Serviço Social	35	--	
				2.2 Processo Interventivo do Serviço Social	21	--	
			3) Questão Social e Trabalho	3.1 Trabalho e Classes Sociais	63	--	
				3.2 Práticas Sociais, Instituições Sociais, Lutas Sociais e Organização da Sociedade Civil	3.2.1 Práticas Sociais e Intituições Sociais	16	--
					3.2.2 Lutas Sociais e Organização da Sociedade Civil	21	--
				3.3 Questão Agrária, Questão Urbana e Meio Ambiente	3.3.1 Questão Agrária	17	--
					3.3.2 Questão Urbana	18	--
					3.3.3 Questão Sócio-Ambiental	14	11
				3.4 Questões Étnico-raciais, de Gênero e Geracional	3.4.1 Questões Étnico-raciais	19	--
					3.4.2 Questão de Gênero	43	--
			3.4.3 Questão Geracional		51	--	
			3.5 Controle Social e Participação Social	--	30	--	
			3.6 Estado, Direito e Democracia	3.6.1 Estado	7	--	
				3.6.2 Direitos e Democracia	18	--	

(continua).

(continuação).

Local	Data	Tema	Eixos	Sub-eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente
São Luís /MA	01 à 06 de dezembro de 2008	"Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios"	4) Política Social	4.1 Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, Programas e Projetos Sociais	63	--
				4.2.1 Seguridade Social	69	--
				4.2.2 Educação	20	--
				4.2.3 Habitação	5	--
				4.2.4 Cultura	4	--
				4.2.5 Políticas de Trabalho e Geração de Emprego e Renda	13	--
				4.2.6 Outras	18	--
				4.3 Desenvolvimento Social e Regional	14	--
				Mesas Temáticas	17	--
				Grupos e Redes de Pesquisa	34	--
Projeto de Teses e Dissertações de Iniciação Científica	78	--				
Total de trabalhos					762	11

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos ENPESS de 2000 a 2008.

APÊNDICE F – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no
X CBAS

TABELA 8 – Dados Quantitativos do X CBAS

Local	Data	Tema	Eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente
Rio de Janeiro/RJ	08 à 12 de outubro de 2001	"Trabalho, direitos e democracia: assistente sociais contra a desigualdade"	1) Infância e Juventude	92	--
			2) Seguridade Social	195	--
			3) Questão Urbana, Movimentos Sociais e Meio Ambiente	45	8
			4) Ética, Política e Direitos Sociais	31	--
			5) Etnia, Gênero e Orientação Sexual	51	--
			6) Trabalho e Formação Profissional	87	--
			7) Velhice e Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	39	--
			8) Família e Sociedade	23	--
			9) Serviço Social e Sistema Jurídico	38	--
			10) Serviço Social, Cultura, Educação e Arte	38	--
			11) Relações de Trabalho e Serviço Social	66	--
			12) Trabalho, Direitos e Democracia	49	--
			13) Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente	24	6
Total de trabalhos				778	14

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

APÊNCIDE G – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no
XI CBAS

TABELA 9 – Dados Quantitativos do XI CBAS

Local	Data	Tema	Eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente
Fortaleza/CE	17 à 22 de outubro de 2004	"O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos"	1) Estado, Direito e Democracia	59	--
			2) Seguridade Social	227	--
			3) Direitos Geracionais, Infância, Juventude e Velhice	130	--
			4) Questões de Gênero, de Raça e Sexualidade	77	--
			5) Direitos e Garantias de Pessoas com Deficiência	51	--
			6) Família e Sistema de Proteção	48	--
			7) Questão Urbana e Direito à Cidade	34	--
			8) Questão Agrária e Acesso à Terra	17	--
			9) Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Direito à Vida	23	11
			10) Direitos Humanos e Políticas Públicas	19	--
			11) Políticas Alternativas de Trabalho e Renda	26	--
			12) Sociedade Civil e a Construção da Esfera Pública: Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor	63	--
			13) Projeto Ético-político, Trabalho e Formação	117	--
			14) Ética e Serviço Social	9	--
			15) Serviço Social, Educação E Expressões Artístico-culturais	37	--
			16) Serviço Social e Sistema Sócio-jurídico	49	--
			17) Serviço Social e as Relações de Trabalho	74	--
Total de trabalhos				1060	11

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

APÊNDICE H – Tabela demonstrativa sobre a quantidade de trabalhos aprovados no XII
CBAS

TABELA 10 – Dados Quantitativos do XII CBAS

Local	Data	Tema	Eixos	Nº de Trabalhos	Meio Ambiente
Foz do Iguaçu/PR	28 de outubro à 02 de novembro de 2007	"Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social"	1) Direitos da Infância, Adolescência, Juventude e Velhice	128	--
			2) Seguridade Social	130	--
			3) Questão Agrária, Urbana e Meio Ambiente: Luta pela Terra e Condições de Vida	59	14
			4) Ética e Direitos e Direitos Humanos	24	--
			5) Gênero, Raça, Etnia e e Sexualidade	58	--
			6) O Projeto ético-político, Trabalho e Formação Profissional	98	--
			7) Direito das Pessoas com Deficiência	21	--
			8) Família e Relações Sociais	61	--
			9) Justiça, Violência e Segurança Pública	48	--
			10) Educação, Comunicação e Cultura	46	--
			11) Relações de Trabalho e Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social	84	--
			12) Questão Social, Trabalho e Estado	93	--
			13) Movimentos Sociais e Organização Política dos Trabalhadores	15	--
Total de Trabalhos			865	14	

Fonte: Barbara Louise Carnevale – Pesquisa sobre a temática ambiental nos CBAS de 2001 a 2007.

ANEXOS



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.

Mensagem de Veto

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15. São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17. A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o *caput* deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

José Sarney Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.4.1999